

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO**

**CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES
DOM BOSCO**

KARLA LUANA GOMES

PROF. Msc. NADIA CRISTINE FREIRE ALVES DE ALMEIDA

Várzea Grande - MT, novembro de 2019.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO**

**CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES
DOM BOSCO**

KARLA LUANA GOMES

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande - MT, como requisito para obtenção do título de Graduado.

PROF.^a Msc. NADIA CRISTINE FREIRE ALVES DE ALMEIDA

Várzea Grande - MT, novembro de 2019.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO**

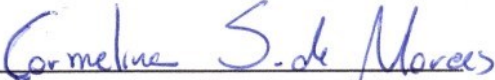
FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES

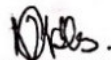
Aluna: KARLA LUANA GOMES

ORIENTADOR: PROF.^a Msc. NADIA CRISTINE FREIRE ALVES DE ALMEIDA

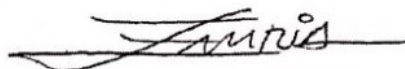
Aprovado em 03 de dezembro de 2019.


Prof. Msc. Carmelina Suquerê de Moraes
Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo

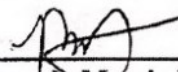
Comissão Examinadora:



Prof. Msc. Nácia Cristine Freire Alves de Almeida
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Orientadora



Prof. Msc. José Maria de Andrade
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno UNIVAG



Prof. Esp. Fernando Marcio Paiva Machado
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
Examinador Interno UNIVAG

“Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele”.

Provérbios 22:6

DEDICATÓRIA

A São João Dom Bosco, por ter dedicado sua vida aos jovens, ensinando a eles que a verdadeira felicidade só se encontra em Deus.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, Nossa Senhora e toda a Corte Celestial, que foi onde recorri em minhas orações nos momentos de angustias e aflições, agradeço especialmente a São João Dom Bosco patrono dos jovens, ao qual entreguei e dediquei este projeto, e a ele peço intercessão na vida dos jovens de todo o Mundo, principalmente aos que passam por alguma situação de vulnerabilidade social.

Aos meus pais Sandroley Carlos Gomes e Maria De Fatima Dias Gomes, por serem meu maior exemplo de superação, são eles a minha fonte de inspiração e a minha infinita admiração, por terem me ensinado que devemos batalhar, confiar sempre em Deus, e a cada dia tentar ser uma pessoa melhor, obrigada por sempre fazer o possível e o impossível para que todos os meus sonhos se realizem e sempre estejam presente comigo nas dificuldades, conquistas e esperarem e confiarem no meu potencial. Aos meus irmãos Lucimeire R. Gomes e Marcos D. Gomes, por todo o apoio, e serem meu ombro amigo, e me mostrarem e incentivarem que eu consigo superar todos meus obstáculos.

A Ellen Oliveira e Adriana Ribeiro, por terem sido como anjos, onde me ajudou e auxiliou, tendo olhares críticos e assim contribuindo no enriquecer deste trabalho, a Henzo Bertoline pelo apoio, companheirismo e incentivo, com isso merecem o meu eterno agradecimento.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	15
RESUMO	16
1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 PROBLEMÁTICA	19
1.2 OBJETIVOS	20
2. JUSTIFICATIVA.....	21
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
3.1 HISTÓRICO	26
3.1.2 NO BRASIL.....	30
4. SINASE	36
4.2 IMPLANTAÇÕES DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (CASE).....	45
5. ASPECTOS NORMATIVOS.....	46
5.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL.....	46
5.2 LEGISLAÇÃO ÂMBITO NACIONAL	47
5.3 LEGISLAÇÃO LOCAL	49
6. ASPECTOS SOCIOLÓGICOS	50
7. ASPECTOS TÉCNICOS.....	53
8. PROJETOS DE REFERÊNCIA.....	53
8.1 BEYOND THE PRISON BARS	53

8.2	CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES/ CEBRA	57
8.3	ESCOLA INTERNACIONAL FRANCESA	58
8.4	MATRIZ DE ANÁLISE	62
9.	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	63
9.1	UMA PROPOSTA PROJETUAL	63
9.2	O OBJETO	64
9.3	CONCEITO ESTRUTURANTE.....	64
9.4	ESTUDO DO ENTORNO.....	65
10.	ESTUDO DAS CONDICIONANTES FISICO-ESPACIAIS	69
10.1	SETORES DE INTERVENÇÃO	69
10.2	TOPOGRAFIA	71
10.3	INSOLAÇÃO/ CLIMA/ VEGETAÇÃO	72
10.4	PARTIDO ARQUITETÔNICO	73
10.7	ORGANOGRAMA	80
10.7.1	FLUXOGRAMA -ACESSO DE VISITANTES	81
10.7.2	FLUXOGRAMA -ADMINISTRAÇÃO	82
10.7.3	FLUXOGRAMA -GUARDA EXTERNA – GUARITA	83
10.7.4	FLUXOGRAMA -GUARDA EXTERNA- TRIAGEM DO JOVEM INFRATOR	84
10.7.5	FLUXOGRAMA -ÁREA DE SERVIÇO	85
10.7.6	FLUXOGRAMA -GUARITA DE SERVIÇO	86
10.7.7	FLUXOGRAMA -ÁREA DE SAÚDE.....	87
10.7.8	FLUXOGRAMA-ÁREA EDUCACIONAL E OFICINAS	88
10.7.9	FLUXOGRAMA - QUADRA DE ESPORTE	89
10.7.10	FLUXOGRAMA - MORADIAS FASE INICIAL, INTERMEDIÁRIA E FINAL.....	90
10.7.11	FLUXOGRAMA - SETOR DE VISITA	91

10.7.12	FLUXOGRAMA - SALÃO DE EVENTOS	92
10.8	QUADRO PRÉ-DIMENSIONAMENTO.....	93
10.9	ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE	99
10.10	ENSAIOS TÉCNICOS.....	102
10.1	SETORIZAÇÃO	103
11.	TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS.....	110
11.1	SUSTENTABILIDADE.....	110
12.	PROPOSTA FINAL	117
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
14.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
15.	APÊNDICES.....	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alojamento Pomeri, 2019.....	22
Figura 2: Adolescentes vivem em situação precária, 2013.....	23
Figura 3: Implantação da colônia de Mettray	29
Figura 4: Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial de Isabel	31
Figura 5: Colônia Correccional de Dois Rios	32
Figura 6: Asilo de Menores Abandonados.....	32
Figura 7: Instituto Disciplinar (FEBEM)	33
Figura 8: Fachada Beyond The Prison Bars	54
Figura 9: Quartos Beyond The Prison Bars	55
Figura 10: Setorização Beyond The Prison Bars	56
Figura 11: Fachada casa de acolhimento para menores/ CEBRA	57
Figura 12: Identificação casa de acolhimento para menores.....	57
Figura 13: Identificação casa de acolhimento para menores	58
Figura 14: Estudo preliminar.....	54
Figura 15: Identificação casa de acolhimento para menores/ CEBRA	55
Figura 16: Implantação casa de acolhimento para menores.....	56

Figura 17: Setorização casa de acolhimento para menores/ CEBRA	57
Figura 18: Fachada escola internacional francesa.....	59
Figura 19: Átrio escola internacional francesa	59
Figura 20: Implantação escola internacional francesa	60
Figura 21: Átrio escola internacional francesa.....	61
Figura 22: Brises escola internacional francesa.....	61
Figura 23: Mapa de zoneamento.	66
Figura 24: Mapa de zoneamento.	66
Figura 25: Mapa de zoneamento.	67
Figura 26: Mapa de zoneamento.	67
Figura 27: Mapa de zoneamento.	68
Figura 28: Mapa de zoneamento.	68
Figura 29: Faixa etária	70
Figura 30: Topografia	71
Figura 31: Imagem do local.	71
Figura 32: Nível do terreno.	72
Figura 33: Zoneamento.	73

Figura 34: Casa lembrança da infância.....	74
Figura 35: Lembrança de uma escola.....	75
Figura 36: Lembrança de uma igreja na infância.....	76
Figura 37: São João Dom Bosco	77
Figura 38: Estudo da implantação.....	102
Figura 39: Processo de criação, croqui.....	102
Figura 40: Setorização.....	103
Figura 41: Iluminação Vertical Shed.....	110
Figura 42: Telha termo acústica.....	111
Figura 43: Sistema de captação de água da chuva.....	112
Figura 44: Bloco Inter travado.....	113
Figura 45: Paredes duplas	114
Figura 46: Brises.....	115
Figura 47: Composteira.....	116
Figura 48: Modulação.....	117
Figura 49: Implantação	117

Figura 50: Guarita de visitantes	118
Figura 51: Recepção visitantes.....	118
Figura 52: Área de visita	118
Figura 53: Salão de festa	118
Figura 54: Área de lazer.....	119
Figura 55: Dormitórios	119
Figura 56: Quartos.....	119
Figura 57: Quadra poliesportiva.....	119
Figura 58: Clínica.....	119
Figura 59: Recepção clínica	120
Figura 60: Consultório médico.....	120
Figura 61: Sala de observação.....	120
Figura 62: Restaurante.....	121
Figura 63: Refeitório	121
Figura 64: Administração.....	121
Figura 65: Guarita de entrada dos menores	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Medidas Socioeducativas	40
Tabela 2: Medidas socioeducativas	43
Tabela 3: Índices Urbanísticos	101

RESUMO

GOMES, K. L. **Proposta Arquitetônica do Centro de Ressocialização para Jovens Infratores**. 2019. Monografia (Bacharelado em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo), Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande 2019.

Os centros socioeducativos tem o dever de ressocializar os jovens, fazendo com que os mesmos possam se reintegrar a sociedade como pessoas civis, fato este que não está acontecendo nos dias atuais. Centros socioeducativos precários trazem a sensação de prisão e agravam a parte psíquica destes menores, não promovendo a ressocialização, fazendo com que o mesmo volte ao mundo do crime. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é a elaboração de um projeto arquitetônico de Ressocialização para Jovens Infratores Dom Bosco na cidade de Cuiabá-MT. A proposta arquitetônica visa levar aos jovens uma melhor qualidade de vida, através ambientes humanizados e que proporcione a sensação de lar, visando tratar os jovens da mesma forma em que São João Dom Bosco os tratava, com bondade, mostrando o quão belo é a virtude e quão desprezível é o vício. Utilizou - se como metodologia para desenvolver o trabalho, pesquisas bibliográficas como; livros, artigos, teses, legislações pertinentes ao tema, e visita a instituições semelhante a proposta arquitetônica.

Palavras-Chave: socioeducativo, menores infratores, jovens, arquitetura, projeto.

1. INTRODUÇÃO

As crianças e os adolescentes percorreram um longo percurso histórico, para serem considerados sujeitos de direitos. A promulgação da ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal Brasileira nº 8069/90, é o resultado da adoção de uma nova perspectiva em relação à formulação e implementação onde as políticas públicas estão voltadas a esta classe.

Anteriormente à elaboração do Estatuto, as políticas não eram direcionadas ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos "menores em situação amoral", regidas pelo Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927). O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, implementou a visão onde há proteção integral, que contempla a criança e o adolescente como sujeitos de direito, que possuem características próprias. Definiu-se também um conjunto de medidas a serem aplicadas no caso de autoria de ato infracional. "Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal." (Art.103- Estatuto da Criança e do Adolescente).

A concepção de sujeito de Direito presente no texto da Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina um trabalho com o adolescente cujo objetivo está para além da punição, aplicada via sanção, ou melhor, medida socioeducativa. Nesse sentido é que o serviço de orientação e acompanhamento vem executando as respectivas ações socioeducativas, a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como com a escola e profissionalização. Desta maneira, as medidas a qual se refere o art.112 serão aplicadas aos adolescentes com idade definido entre 12 e 18 anos incompletos a quem se atribui a prática de atos infracionais.

Diante disso, essa pesquisa se propõe a estudar a ressocialização de jovens infratores partindo da imposição de cumprimento de medidas socioeducativas (internação). Apresentando um anteprojeto com uma infraestrutura proeminente as necessidades desta classe infanto-juvenil.

Localizado na cidade de Cuiabá-MT, onde será implantado o centro de ressocialização para menores infratores, um espaço criado para reeducar e ressocializar, considerando imprescindível o conforto térmico, especialidades, salubridades entre outros fatores importantes das necessidades básicas, que contara com os serviços de especialistas, educadores e segurança, afim de que se torne um espaço agradável e ético.

1.1 PROBLEMÁTICA

A infração juvenil é um tema muito complexo, os jovens nos dias atuais, pela lei com media de 12 a 18 anos não tem domínio de si em compreender o que é o certo e o errado e muitas vezes são influenciados, onde se tornam objeto nas mãos de criminosos. Este fato pode ser desencadeado por diferentes razões: sociais, culturais, simbólicas, de distribuição de renda, de vida familiar, saúde mental, uso de drogas, entre outras.

Segundo o levantamento do SINASE (2016), em Mato Grosso, no ano de 2016, as maiores ocorrências de atos infracionais cometidos por menores de idade são roubo, tráfico de drogas, homicídios, busca e apreensão e latrocínio, e ainda segundo o levantamento do SINASE, cerca de 80% destes infratores são de raça preta ou parda, acentuando mais ainda a discriminação por questões raciais e sociais.

Buscando diminuir alguns problemas sociais envolvendo jovens e contribuir com o sistema de redução de menores infratores, foi estabelecido o seguinte questionamento que norteou esta pesquisa: **Por quais motivos estes jovens entram para o mundo do crime; Quantas unidades de atendimento existem no estado de Mato Grosso, destes quantos estão localizados na região de Cuiabá; Qual a situação destes adolescentes dentro dos centros socioeducativos?**

1.2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta arquitetônica de um Centro de Ressocialização para adolescentes em hostilidade com a lei para a cidade de Cuiabá-MT, baseado nas normas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oferecendo aos menores infratores espaços planejados para bem acomodar e assim trabalhar com a ressocialização do jovem, fazendo com que o mesmo retorne para a sociedade como cidadão de bem.

Os objetivos específicos são:

- Criar um espaço que proporcione conforto, lazer, aprendizado, arte, explorando os espaços e o contato com a natureza;
- Identificar os centros socioeducativos da região e elencar seus problemas;
- Conhecer as principais diretrizes do Estatuto de Criança e Adolescentes (ECA) seguidas pelas instituições;
- Utilizar técnicas sustentáveis garantindo qualidade na edificação, beneficiando tanto o ser humano quanto o meio ambiente;

2. JUSTIFICATIVA

Problemas na estruturação do núcleo familiar, a falha do sistema educacional, a falta de oportunidade e de perspectiva de vida são algumas causas atreladas a infração juvenil.

É corriqueiro deparar-se com noticiários a respeito de abusos, maus-tratos, abandonos sofridos por crianças e adolescentes. É triste a realidade brasileira, ainda mais quando tanta violência é cometida no seio das famílias dessas vítimas, por este motivo, a presente pesquisa delinea sua descrição e suas possíveis consequências.

As vítimas da violência do contexto familiar precisam da intervenção do Estado, principalmente quando se trata de menores sujeitos às agressões em seu próprio lar (por exemplo: a violência física, psicológica e o abuso sexual), devido à falta de amparo dos familiares, os quais deveriam ser os primeiros a garantir os cuidados àqueles não detentores de capacidade civil.

“a violência doméstica é motivo de indignação não tanto por um aspecto quantitativo, ou seja, não pelo número de casos em que ela ocorre, mas pelas formas cruéis em que ela se dá, e principalmente, pelo fato mesmo de ocorrer dentro da família, ou seja, pelo fato de que as pessoas que atentam de uma forma ou outra contra a criança ou o adolescente, sejam as pessoas de sua convivência mais íntima, aquelas que colocaram no mundo em que a criança “naturalmente” confia, aquelas de quem ela total dependência, aquelas que deveria ama e proteger, enfim, aquelas que deveriam antes querer morrer do que ver os seus filhos sofrendo qualquer forma de violência ou de mal.” (VERONESE E COSTA 2010, p. 102 apud BRANDT, 2016)

Mesmo com a modernidade, violência doméstica não se extingue, pois decorrente da necessidade econômica das famílias, os menores são obrigados a exercer atividade laboral para ajudar nas despesas de casa.

“A exploração do trabalho, a degradação da criança, o desrespeito ao ser indefeso que está se formando e que precisa de proteção, amor e atenção é gerado por uma série de fatores, entre os quais, interesses econômicos, a falta de educação e a miséria, que acaba por nivelar tudo por baixo, fazendo com que, às vezes, um prato de comida ou apenas algumas horas de descanso valham os sonhos e a pureza de uma criança.” (COSTA 2010, p. 186)

“A exploração da mão-de-obra infantil é praticada em todo o mundo e, especialmente, em países subdesenvolvidos como no Brasil, onde as crianças são utilizadas como força de trabalho para reforçar o orçamento doméstico” (SCHNEIDER, 2001, p.103).

No documentário “Falcão, meninos do tráfego”, 2006, deixa bem claro a realidade dos jovens delinquentes, e por quais motivos os mesmos se voltam para o mundo do crime. Os jovens entrevistados dizem que entraram para este mundo por causa da desestruturação da família onde na maior parte das vezes se tem a ausência do pai e com isso querem dar o melhor para a sua mãe; por influencias; falta de oportunidade; impor respeito; conquistar mulheres, desta forma largam até mesmo o estudo para continuar no mundo do crime, e todos os entrevistados tem plena consciência do que pode acontecer com suas vidas, mas preferem se arriscar. A principal porta de entrada para o mundo do crime é a venda de drogas e assim vão crescendo até se tornarem criminosos.

Os centros socioeducativos atualmente em Cuiabá-MT (Figura 1) apresentam muitas características no que se assemelham a prisões tendo em vista a incoerência da proposta arquitetônica apresentada nos parâmetros do SINASE.

Figura 1: Alojamento Pomeri, 2019.



Fonte: SEDUJH MT.

Figura 2: Adolescentes vivem em situação precária, 2013.

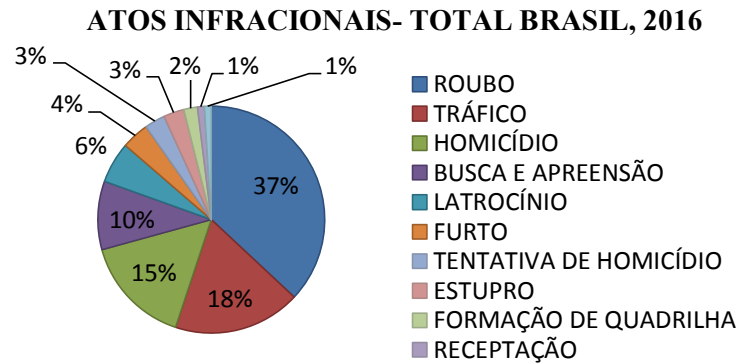


Fonte: G1 globo, 2013.

Baseado nos levantamentos censitários sobre o atendimento socioeducativo ao adolescente, publicado pelo SINASE em 2016, é possível compreender a atual situação e a problemática encontrada (Figura2);

São Paulo – Em apenas seis anos, o número de adolescentes em privação e restrição de liberdade aumentou 58,6% no Brasil. De 16.940 jovens cumprindo alguma medida socioeducativa desse tipo em 2009, o índice passou para 26.868 em 2015. Desse total, 18.381 jovens estão em medida de internação (68%), 2.348 em regime de semiliberdade (9%) e 5.480 em internação provisória (20%). Outros 659 adolescentes estão em atendimento inicial, internação sanção ou medida protetiva (medida socioeducativa suspensa para tratamento em clínica de saúde). (VELLEDA, L. 2018.)

Em contrapartida, em Mato Grosso, nos últimos seis anos ocorreu uma diminuição do número de ocorrências. Segundo o SINASE em 2010 constavam 215 jovens, ao passar dos anos obteve-se uma queda. Um levantamento feito em 2016 aponta cerca de 140 adolescentes passaram pelo centro socioeducativo, e a maioria deles tem em média 16 anos.



CARACTERIZAÇÃO POR RAÇA/COR DE MT- 2016

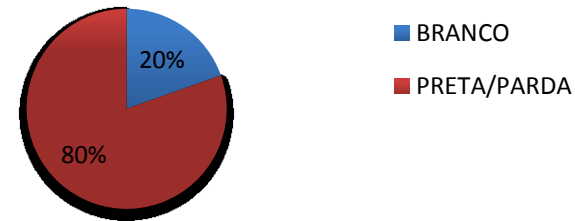


Gráfico 1: Levantamento Anual de atos infracionais, 2016.

Gráfico 2: Levantamento Anual de caracterização por raça e cor, 2016.

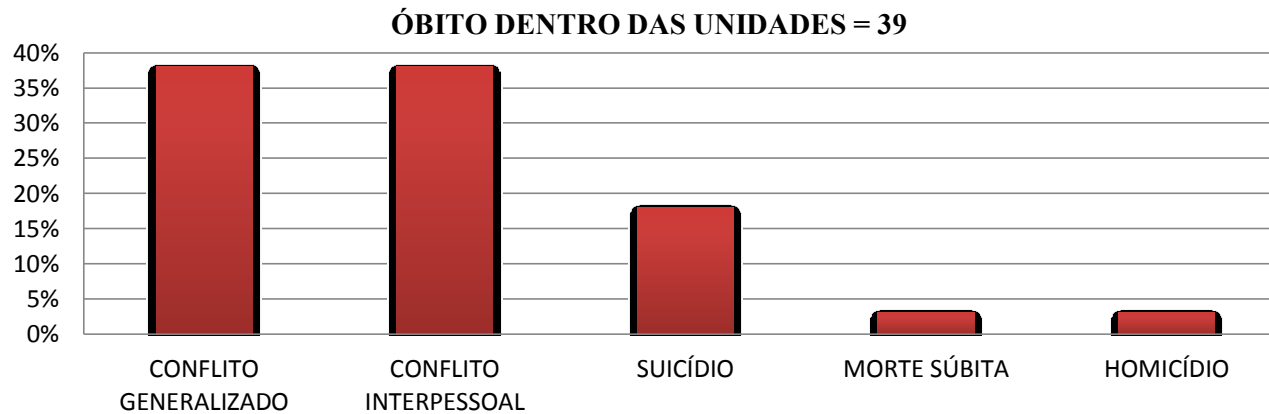


Gráfico 3: Levantamento Anual de óbitos dentro das unidades,

Visto que existe uma discrepância entre o atual processo de ressocialização que apenas afasta o adolescente do convívio social e os parâmetros do SINASE onde o processo acontece no diálogo e capacitação profissional. Hoje em dia a maioria das instituições no país ainda adota uma organização em que nada contribui para uma readaptação construtiva, apresentando ambientes degradados, opressivos, limitadores, inexpressivos.

Compreendendo a influência que o ambiente exerce, impactando no seu estado emocional, a composição das relações sociais, autoimagem e a imagem que a sociedade tem destes menores, verifica-se a necessidade de conhecimento que identifique as características físicas que mais prejudicam ou favorecem a ressocialização destes jovens.

Seguindo este fato, foi pensado na proposta de um centro de ressocialização, buscando a recuperação do menor infrator tanto física, moral, social e psicológica, sugerindo a inserção de uma estrutura onde os jovens possam refletir e ao mesmo tempo contemplar e enxergar novos horizontes, oferecendo dentro do ambiente, cursos profissionalizantes, levando os jovens a obter capacitação e um espaço no mercado de trabalho. Seguindo este modelo, os adolescentes entrariam e poderiam escolher qual área os atraiem mais para que possam se especializar em diversas profissões, exemplo: mecânica, agricultura, mecatrônica entre outros, para que possam também pagar por suas estadias nos centros de ressocialização. Este projeto também busca inovar, pois retiraria a sensação de prisão e anexaria a sensação de estar em uma escola de tempo integral, com um ambiente agradável, não remetendo à ideia de confinamento, para assim desenvolver melhor as atividades e programas pensados para esse modelo. Para proporcionar o lazer os internos, serão construídos campo de futebol, vôlei, quadra de basquete, piscinas e áreas de musculação, pois assim os adolescentes teriam uma melhor adaptação no local.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a melhor compreensão do tema abordado, se fez necessário o estudo que consiste no contato com experiências em centros socioeducativos; leitura da Lei nº 12.594/12 SINASE, bem como de textos, sobre o assunto; notícias nas mídias que dizem a respeito do tema, que auxiliam no processo de estruturação de uma fundamentação teórica.

Buscando, portanto, o entendimento aos questionamentos levantados, dessa forma foram pontuados alguns aspectos importantes, a fim de identificar os marcos da história que geraram mudanças tanto nos conceitos de presídios, quanto nos espaços de acolhimento para adolescentes; absorver a funcionalidade dos atuais centros socioeducativos, o contexto social em que está inserido o jovem, para assim compreender e auxiliar na prevenção, ajudando a obter uma melhor qualidade de vida, bem como, soluções inovadoras de arquitetura que possam auxiliar no conforto térmico e na sustentabilidade do projeto.

Acima de tudo, compreender quais são os órgãos responsáveis por estes jovens, com isso analisar e apresentar uma resposta que conviva com os pontos relevantes encontrados e de que forma a arquitetura pode contribuir para um melhor funcionamento e ressocialização dos jovens.

3.1 HISTÓRICO

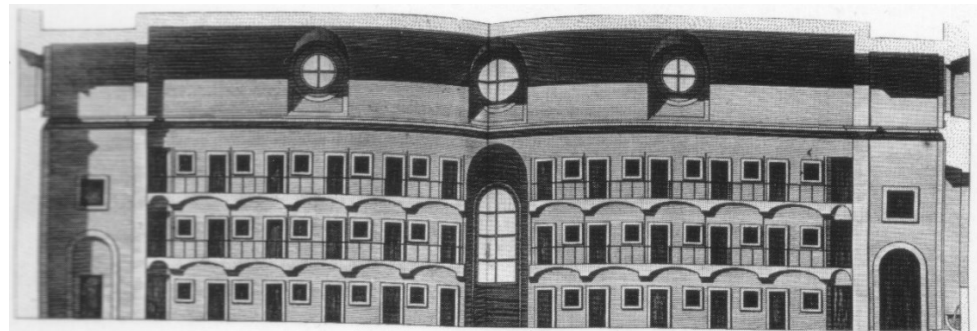
3.1.1 EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIOEDUCATIVOS

Para compreender o tema, foi traçado uma linha de evolução dos espaços dedicados aos abrigos de adolescentes em conflito com a lei, até a aprovação da lei 12.594/12 do SINASE.

Em meados do século XVI, surgiram, na Europa, as primeiras casas de correção para jovens hostis, no começo estas casas não tinham o objetivo abrigá-los, eram utilizados edifícios já construídos e assim se adaptavam para um novo uso. Os abrigos eram destinados para as pessoas consideradas excluídas da sociedade, tais como crianças abandonadas, mendigos, mulheres em indecorosidade e jovens que cometiam algum tipo de ato infracional. Em certas situações os adolescentes poderiam ainda ficar em prisões designada a adultos, porém em diferentes espaços.

Já no século XVII e XIX, inicia-se a construção de edifícios destinados a abrigar jovens órfãos, hostis e abandonados. A primeira edificação para este fim foi construída em Roma no ano de 1705, a casa de correção San Michele (figura 3) foi projetada pelo arquiteto Carlo Fontana.

Figura 3: Fachada San Michele

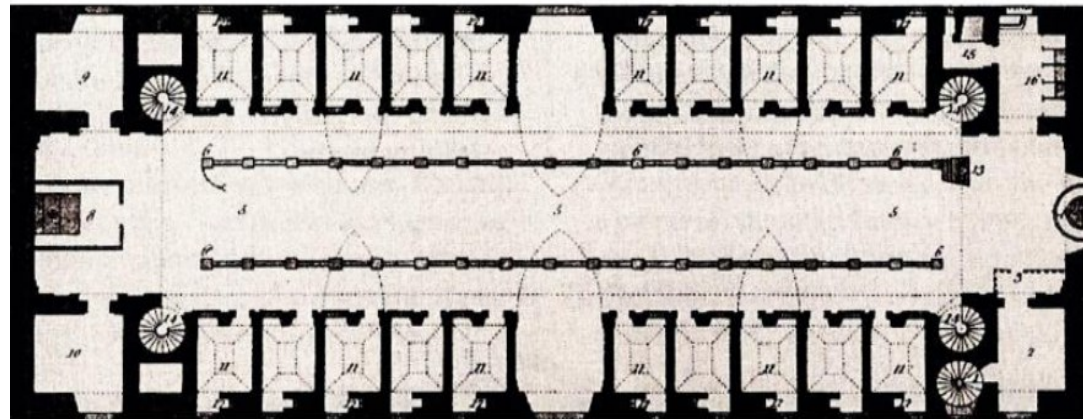


Fonte: lacittanuda, 2015.

A edificação (figura 4) apresenta uma tipologia que se assemelha com as prisões da época: dispendo em planta retangular, cada uma das celas individuais tinha mobília, latrina, janelas gradeadas e porta voltada para o corredor central. O corredor multifuncional era

usado como local de trabalho, refeitório e para a prática de missas, e as mesmas teriam que ser exercidas no profundo silêncio. Em um dos topos do edifício ficava um altar visível das celas e no topo contrário instalaram o espaço de flagelação, onde eram castigados os jovens desobedientes. Os andares térreos também eram utilizados como oficinas de trabalho, desta forma foram projetados com o objetivo de monitoramento, e assim impor o controle e o poder.

Figura 4: Planta Baixa San Michele



Fonte: Vitruvius, 2011.

No ano de 1840, surge na França a colônia de Mettray (figura 5), um abrigo destinado exclusivamente para crianças e jovens que cometeram atos infracionais, ou até mesmo jovens enviados pelos pais com objetivo de uma boa correção. Percebe-se que não havia separação de jovens conforme seus atos infracionais. A colônia de Mettray obtinha a arquitetura diferente da casa de correção San Michele, houve mudança na organização de espaços, a estrutura era fechada haviam casas distribuídas em torno da igreja central e ainda assim era exemplo de disciplina e controle.

Figura 3: Implantação da colônia de Mettray



Fonte: Cairn.info, 2004.

No fim do século XIX, ocorre à separação das edificações, sendo construídas instituições destinadas ao público específico dentre elas os orfanatos, as escolas para aprendizes e instituições para jovens hostis. É nesta mesma época que surge a justiça para menores, onde se distingue o tratamento dos jovens.

Perante as maldades ocorridas na Segunda Guerra Mundial, inicia uma discussão, sobre a garantia dos direitos humanos e a reestruturação das leis existentes, que se culminam no ano de 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), e por fim em 1959 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Declaração Universal de Direitos das Crianças, considerando

que direitos humanos são tudo o que um ser humano deve ter ou ser capaz de fazer pra sobreviver, prosperar e alcançar todo o seu potencial. Reconhecendo os direitos humanos como um pré-requisito para a paz, a justiça e a democracia.

O caráter universal dos direitos humanos significa que valem igualmente para todas as crianças e todos os adolescentes. Eles, não obstante, têm alguns direitos humanos adicionais que respondem às suas necessidades específicas em termos de proteção e de desenvolvimento. Todas as crianças e adolescentes têm os mesmos direitos. Esses direitos também estão conectados, e todos são igualmente importantes – eles não podem ser tirados das crianças e dos adolescentes.

3.1.2 NO BRASIL

O primeiro código penal brasileiro a ser sancionado foi o Código Criminal – 1830, ocorrendo poucos meses antes da abdicação de D. Pedro I. Segundo Liberati (2003) o Código Criminal do Império em 1830, adotou o critério biopsicológico, declarando não criminoso o menor de 14 (quatorze) anos, em seu artigo 10º: “... também não se julgarão criminosos: 1º Os menores de quatorze anos. Mas, no artigo 13, determinava que esse menor pudesse ser encaminhado a Casa de Correção, por tempo a ser determinado discricionariamente pelo juiz, que não poderia distendê-lo por lapso que viesse a ultrapassar a idade de 17 (dezessete) anos, caso o menor tivesse agido com discernimento e demonstrada a capacidade de entendimento do ato infracional. Aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 17 (dezessete) anos era dispensado tratamento peculiar, por estarem sujeitos, se ao julgador parecesse justo, a uma pena de 2/3 daquela que coubesse ao adulto. E, finalmente, os maiores de 17 (dezessete) e menores de 21 (vinte e um) anos contavam sempre com o favor da atenuante da menoridade.”

Segundo Rizzini (2005), no final do império surgem as primeiras instituições com finalidade de abrigar: as colônias para os órfãos, delinquentes e abandonados, modelo inspirando nos europeus, foi criada em 1973, na província de Recife, a Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial de Isabel (atualmente se instala o Educandário São Joaquim) (figura 6) e logo depois foram construídas em outras províncias.

Figura 4: Colônia Agrícola Orfanológica e Industrial de Isabel



Fonte: Uol,2019.

Com isso foram construídos a Colônia Correccional de Dois Rios (1902) (figura 7) e o Asilo de Menores Abandonados (1907) (figura 8) ambos estabelecidos no Rio de Janeiro, já em São Paulo construiu o Instituto Disciplinar (FEBEM) (1902) (figura 9), que é exclusivo para jovens que praticou algum ato infraccional, frequentemente essas colônias localizam-se em locais distantes da zona urbana.

Figura 5: Colônia Correccional de Dois Rios



Fonte: Voyager,2018.

Figura 6: Asilo de Menores Abandonados



Fonte: Neca.

Figura 7: Instituto Disciplinar (FEBEM)



Fonte: São Paulo Antiga,2018.

Na era Vargas (1920-1945), o Estado intervencionista adota o político Estado do Bem Estar Social com relação ao menor infrator, e instaura o Sistema de Atendimento ao Menor (SAM) com base no Código de Menores de 1927 que regimenta a necessidade de educar de forma física e moral os adolescentes hostis e em situação de risco social. Os abrigos mantinham jovens de diferentes situações de exclusões e se assemelha ao sistema penitenciário, com a permanência dos problemas estruturais, ocorreram que na década seguinte, foram marcadas por grandes números de revoltas, denúncias de torturas, motins e maus tratos.

Em 1964 foi instaurado o Regime Militar, com a extinção do Sistema de Atendimento ao Menor (SAM), foi criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) e mais adiante cria-se a (FEBEM) Fundação Estadual de Bem Estar do Menor, que introduziu uma nova proposta, a disciplina militar, onde ali foram divididos os espaços para adolecentes que cometiam atos infracionais e adolescentes em situação de risco social, a estrutura física ainda não havia mudado mantendo a arquitetura do Sistema de Atendimento ao Menor (SAM).

Com as queixas de falta de estrutura física, torturas, maus tratos e as rebeliões, fizeram com que ocorresse o fracasso do sistema repressivo de tratamento ao menor, com isso um novo Código de Menores foi instaurado em 1979, e assim o jovem de delinquente e abandonado e passa a ser denominado “menor em situação irregular.”

Diante da discussão internacional sobre o direito da criança e do adolescente, foram incluídos alguns artigos na Constituição de 1988, em que os direitos dos jovens, estão em conflito com a lei ou não serão protegidos e regulamentados pela Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, lazer, educação, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocar os itens salvos em toda forma de negligência. (Lei 8.069, de 13 de junho de 1990, MEDEIROS, 2016, p.17)

O Estatuto formalizado ou pensamento elaborado pelos documentos da ONU através de uma série de medidas socioeducativas que adotadas com o objetivo de promover a ressocialização do adolescente, por meio de estratégias que evitassem ao máximo a sua internação. A partir do Estatuto, o adolescente passou não mais a cumprir pena, mas medidas socioeducativas. O Estatuto formalizou o pensamento desenvolvido pelos documentos da ONU através de uma série de

medidas socioeducativas que seriam adotadas com objetivo de promover a ressocialização do adolescente, por meio de estratégias que evitassem ao máximo a sua internação. A partir do Estatuto, o adolescente passou não mais a cumprir pena, mas medidas socioeducativas.

Assim, com a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) através da Lei 12.594/12, obteve-se o primeiro documento a falar em Arquitetura Socioeducativa, onde é possível projetar um maior detalhamento das características físicas das instituições de internação. Ressaltando que este deve promover o desenvolvimento pessoal e social do jovem sendo necessária para isso a adequação do espaço físico e da organização espacial, funcional, assim como dos materiais e equipamentos utilizados, ao projeto pedagógico.

4. SINASE

4.1.1 O QUE É O SINASE?

A lei nº 12.594 de 2012 institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, ela nasceu com objetivo de elaborar parâmetros e diretrizes para adequar as medidas socioeducativas e regular as devidas condutas destinadas aos adolescentes que pratiquem atos infracionais. O SINASE é fruto de uma construção coletiva em que mobilizou a opinião pública com o que deveria ser feito com os adolescentes infratores e que também são vítimas de medidas socioeducativas errôneas. Tendo como objetivo primordial, estabelecer medidas não autoritárias a esses adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade reafirmando medidas pedagógicas e socioeducativas.

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. (SINASE, 2006).

O SINASE contempla níveis integrados de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família, esse pacto social tem por objetivo buscar o desenvolvimento físico e psicológico do adolescente e prepara-lo para o reingresso a sociedade, dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais.

4.1.2 DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O SINASE definiu medidas que devem ser seguidas pelos centros socioeducativos, o objetivo é fazer essas medidas saírem do plano abstrato e entrar no plano concreto. Uma proposta deve ser norteada pelas diretrizes pedagógicas, para o atendimento a esses jovens que de acordo com o SINASE (2006,52-56) são as seguintes:

1. Prevalência da ação socioeducativa sobre aspectos meramente sancionatórios, 2. Projeto pedagógico, 3. Participação do adolescente na construção e avaliação da sua medida, 4. Respeito a singularidade do adolescente e presença educativa, 5. Exigência como respeito ao adolescente, 6. Diretividade no processo educativo, 7 disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa, 8. Dinâmica institucional, 9. Organização espacial, 10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, 11. Família e comunidade na participação, 12. Formação continuada dos autores. (SINASE-2006).

Prevalência da ação socioeducativa sobre aspectos meramente sancionatórios: Retirar das ações socioeducativas a visão do senso comum, que podem passar a ideia do “olhar torto” a esses adolescentes que estão naquele ambiente para ter uma melhora no seu comportamento e desenvolvimento. Assim, essas medidas devem proporcionar paz, segurança e tranquilidade em busca de uma execução com excelência.

Projeto pedagógico: estabelecer planos de ações de forma real a alcançar todos os objetivos, saber onde estamos, como estamos e também onde queremos chegar, essas são as diretrizes básicas do plano pedagógico, a constante evolução no trato dos adolescentes inclusive com projetos arquitetônicos na contribuição.

Participação do adolescente na construção e avaliação da sua medida: os adolescentes são participantes do seu processo de desenvolvimento.

Respeito a singularidade do adolescente e presença educativa: esse aspecto é muito importante para as ações socioeducativas, mas precisam ser ponderadas pois o respeito a singularidade inclui a privacidade e a intimidade dos adolescentes o que incluiria uma abstenção por partes dos agentes integrantes desse projeto.

Exigência e respeito ao adolescente: os integrantes desse projeto, na busca do aperfeiçoamento dos adolescentes, devem sempre observar os direitos fundamentais que são assistidos a esses jovens.

Diretividade no processo educativo: as ações dentro do sistema socioeducativo devem ser direcionadas a fim de garantir as normas do SINASE.

Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa: o SINASE estabelece duas formas de disciplina, a primeira delas recebe o nome de disciplina controle por essa vertente estabelece regras a ser seguidas para a manutenção do espaço e respeito a outros internos e profissionais a segunda vertente é calçada pela disciplina aprendizado que permite o ambiente socioeducativo um lugar irradiador de conhecimento e cultura, assim, na segunda concepção é lendo, vendo filmes educativos, textos, blogs, fazer pequenas discussões, participar de eventos, organizar eventos que permitirá um leque maior de conhecimento.

Dinâmica institucional: está associada à troca de informações de forma horizontal, dessa maneira os adolescentes não vão se sentir em posições inferiores.

Família e comunidade na participativa: forma de incluir os familiares nas ações e assim gerar vínculos e inclusão social do adolescente.

Formação continuada dos atores: os profissionais que atuam na respectiva área devem estar sempre aprimorando suas técnicas e comunicação social.

4.1.3 COMO FUNCIONAM AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS?

Segundo a Lei 12.594/12 – SINASE, os centros socioeducativos têm como função a reintegração de jovens que cometeram atos infracionais, e assim se responsabilizando pelos mesmos, não tendo portando, a função de punir, mas de ajudá-lo a reintegrar na sociedade.

“o adolescente é autor do ato infracional e não criminoso. Isso significa que mesmo tendo cometido um crime, ele será avaliado (julgado) como pessoa em desenvolvimento, com direitos específicos e não simplesmente pelo ato cometido.” (CRAIDY, CARMEM 2014, p. 34)

Logo, o adolescente não deve ser visto somente pelo ato que cometeu, mas em sua totalidade, que é um ser humano em formação, com seu potencial ao acerto e à falha. Em busca de recuperar essa falha é que são aplicadas as medidas socioeducativas, sendo definidas no art. 112 do ECA, a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços comunitários, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação.

Os adolescentes, idade entre 12 a 18 anos, são responsabilizados diretamente pelos atos que cometem - infrações penais análogas a crimes- pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O adolescente vai para a unidade socioeducativa indicada pelo Juiz da Infância e da Juventude da comarca na qual cometeu o ato infracional e nesta começa um processo de tratamento, acompanhamento, orientação e

promoção social por pessoas capacitadas : psicólogos, pedagogos e assistentes sociais tentam reeducar, ressocializar aquele adolescente habituado a uma “subcultura viril e de rua” , a uma “estrutura familiar perniciosa e a companhias indignas”, tentando fazê-lo perceber que tais hábitos criminosos são um erro e colocam tanto ele quanto à sociedade em risco.

Tabela 1: Medidas Socioeducativas

	Medidas	Onde está na ECA	Como funciona?
Medidas em meio aberto	Advertência	art.115	Repreensão verbal, feita por juiz ou autoridade legal, que é transformada em documento e assinada pelas partes envolvidas.
	Obrigação de Reparar o Dano	art.116	Para casos de danos patrimoniais, o adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo à vítima de alguma outra forma.
	Prestação de Serviço a Comunidade	art.117	O adolescente realiza tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares; a jornada não deve exceder oito horas semanais e o período máximo dessa medida é de seis meses; ela não pode prejudicar a frequência do adolescente a escola ou a jornada normal de trabalho.
	Liberdade Assistida	arts, 118 e 119	Um orientador voluntario acompanha o jovem, com o apoio de autoridade competente; caso necessário, o adolescente é inserido em programas de auxílio e assistência social; também é acompanhada a frequência escolar e, em caso de maiores de dezesseis anos, há encaminhamento para cursos profissionalizantes.
Medidas em meio fechado	Semiliberdade	art. 120	O adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas; pode realizar atividades externas, como estudo e cursos profissionalizantes.
	Internação em estabelecimento socioeducativo	arts.123 a 125	Medida privativa de liberdade; o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas; a internação não pode exceder três anos e só deve ser aplicada em ultimo caso- quando houver grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves ou descumprimento de outra medida socioeducativa.

Fonte: Estatuto da Criança e adolescente,2011.

O art. 120 do ECA estabelece a semiliberdade com a seguinte redação:

Art. 120 - O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

A semiliberdade é uma das medidas que se incluem no meio fechado. Ela se aplicada aos adolescentes que praticaram atos infracionais e vai ter certa restrição da liberdade sendo obrigados a cumprir algumas medidas, este modelo se assemelha ao imputáveis maiores de dezoito anos, que durante o cumprimento de pena, tem certas prerrogativas podendo exercer atividades educacionais e profissionalizantes sob a supervisão de um profissional capacitado.

Dentro das instituições socioeducativas é imprescindível à continuidade dos estudos e profissionalização assim esses jovens estarão em contínuo desenvolvimento. Outro ponto importante a ser considerado é que quando eles estiverem nas instituições esta deve providenciar itens essenciais como comida, abrigo e segurança livres de qualquer atentado aos seus direitos fundamentais de pessoa e desenvolvimento.

Outra medida que se encontra no campo fechado é a internação - essa um pouco mais gravosa que a semiliberdade- o Estatuto da Criança e do Adolescente assim dispõe:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Quanto as medidas de internação, existem a semiliberdade (medida que introduz a privação de liberdade), a internação provisória (com regime de contenção mais severo, dá-se quando o ato infracional praticado for de maior gravidade e é necessário a internação imediata como forma de garantir a segurança) e a internação (medida mais gravosa, atualmente podendo ser conferida por no máximo 3 anos, e a condição do adolescente sendo revista a cada 6 meses por equipe técnica da instituição e pelo sistema judiciário). De tais medidas, cabe ao arquiteto e engenheiro participarem nas medidas de semiliberdade e internação, pois são elas que atentam para a perda de liberdade e, de uma maneira mais direta, envolvem o uso de edificações específicas.

Na internação cabe ao sistema zelar e prover o adolescente de sua saúde física e mental, higiene, educação, lazer, e direito à espiritualidade. Toda a estratégia é montada para oferecer ao adolescente as condições necessárias para evitar a reincidência nos atos infracionais. Apesar da execução de medida socioeducativa caber ao Estado, é no envolvimento e participação da família e da sociedade que se torna viável o resgate social desse adolescente.

Tabela 2: Medidas socioeducativas



MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Semiliberdade

Prevista no art. 120 do ECA, prioriza a utilização de "recursos existentes na comunidade" e pode ser determinada como forma de transição para o meio aberto

Prioriza o desenvolvimento de um **trabalho com as famílias** e a construção de parcerias que possibilitem a **utilização dos espaços públicos** pelos jovens.

No cumprimento da medida, eles são encaminhados para a **formação profissional** e participam de oficinas e atividades de **cultura, esporte e lazer**.

Internação

Prevista no art. 121 do ECA, priva o adolescente da liberdade. A internação pode durar de seis meses a três anos, não podendo se prolongar a esse período

Por ser mais rigorosa, **aplica-se quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.**

Os adolescentes cumprem a medida em **centros socioeducativos**, onde recebem atendimento individualizado nas áreas de psicologia, serviço social, pedagogia, terapia ocupacional, medicina, enfermagem, odontologia e direito.

Internação Provisória

Priva o adolescente de sua liberdade mesmo antes do julgamento, devido à gravidade do ato infracional.

A internação provisória **exige um maior rigor** em sua decretação. O ECA prevê o prazo máximo de 45 dias para que o Judiciário finalize a instrução do processo e sentencie o adolescente.

São disponibilizados para os adolescentes **serviços técnicos nas áreas** de psicologia, serviço social, pedagogia, terapia ocupacional, medicina, enfermagem, odontologia e direito. (*)

Fonte: Justiça e Segurança Pública Minas Gerais, 2017.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA atesta que o adolescente é incapaz de discernir ou até mesmo entender o ilícito fato, haja vista que a imputabilidade penal está relacionada diretamente com a inteligência e vontade de cada indivíduo, que deve ter a consciência sobre a prática de atos ilícitos. Sem isso, não há previsão legal de culpa ou de passar por um processo jurídico’ (NUCCI, 2009), não obtendo assim capacidade de desenvolvimento psíquico para entender o caráter. Pois, o ECA foi elaborado para assegurar os direitos fundamentais de indivíduos até dezoito anos, se preocupando com o caráter histórico, social e econômico desses jovens e adolescentes.

Nesse contexto, é relevante pensar em um programa de segurança pública voltado para crianças e adolescentes que permita discutir medidas preventivas para evitar o ingresso dos jovens na criminalidade (GALLO, 2007).

Aos adolescentes que praticam atos ilícitos, o ECA apresenta medidas de ressocialização, que aos poucos inserem o adolescente no ambiente familiar, dando-lhes novas oportunidades (BARBOSA, 2011).

As medidas socioeducativas têm como finalidade ressocializar os adolescentes para que eles possam viver dentro sociedade, porém elas estão longe de cumprir o objetivo. Essas medidas não têm eficácia, pois não são aplicadas corretamente e isso se dá, também, devido ao despreparo das instituições para a execução das mesmas (CASSANDRE, 2008).

Algumas instituições, por terem sido adaptadas para o uso, possuem espaços muito restritos. Isso dificulta futuras expansões que porventura sejam necessárias para melhorar o atendimento ao adolescente. Essa restrição pode dificultar o trabalho socioeducativo uma vez que impossibilita atividades diferentes das mínimas atendidas pelo espaço existente.

As crianças e adolescentes são beneficiários de proteção social e integral, bem como sujeitos de direitos. Definindo a proteção social especial, de caráter assistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco, seja por uso de drogas, abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, trabalho infantil, entre outras. Já a proteção integral tem como fundamento favorecer por todas as formas o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Estas situações requerem acompanhamento individual e de flexibilidade nas soluções protetivas, comportando monitoramento, apoios e processos pra assegurar a qualidade e efetividade na reinserção.

É importante observar o contexto social em que o adolescente está integrado (MATOS). Assim, é de suma importância que quando da aplicação de qualquer das medidas socioeducativas faça-se uma análise do contexto social em que vive o adolescente, observando-se as condições sociais, políticas e econômicas. O Estado deve se prevenir desta situação ao oferecer ao adolescente melhores condições de vida, dando a população opções, como exemplo, cursos de aprendizagem, lazer, entre outras. Estas ações podem evitar esse mal, pois colocando à disposição do menor cursos profissionalizantes de maneira gratuita ou até mesmo em relação a parte cultural, poderia evitar cada vez mais que crianças e adolescentes “entrem para a vida do crime”.

4.2 IMPLANTAÇÕES DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (CASE)

Na cidade, o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) enquadra-se como um equipamento urbano de ampla função social (socioeducativa), considerando equipamento urbano como aquela edificação que proverá funções de utilidade pública, necessárias ao funcionamento da comunidade. Um CASE trabalha com a aplicação de funções socioeducativas, visando à recuperação dos jovens que cometeram atos infracionais, o que indiretamente repercute em suas famílias.

É na participação da comunidade, no reforço do suporte familiar que o trabalho do corpo técnico se mostra com maiores resultados, ou seja, tratar as fragilidades e incoerências de cada adolescente. Com essa estratégia objetiva a reinserção do adolescente no meio social. Pois, é no restabelecimento dos vínculos emocionais que se faz possível o trabalho socioeducativo. Afinal, nenhum indivíduo fragilizado pode recuperar-se sem apoio de outros, principalmente do seu círculo mais próximo, em geral, a família.

A presença da comunidade se faz necessária em ações conjuntas dos poderes público e privado. A reintegração do adolescente passa pela esfera comunitária, na aceitação da vizinhança e oferta de empregos e oportunidades, tanto por pessoas físicas quanto por empresas. A comunidade é convidada a participar do processo de ressocialização do indivíduo.

5. ASPECTOS NORMATIVOS

Os tratados internacionais, leis e demais regulamentos pesquisados tem o propósito de zelar pela integridade da criança e do adolescente, para que tenham acesso efetivo aos seus direitos. Neste capítulo veremos mais a respeito das legislações internacionais, nacionais e locais que auxiliam na proteção da criança e adolescente, visto que necessitam de uma proteção integral e específica, pois são frágeis, e possuem capacidade analítica limitada e não estarem completamente desenvolvidas.

5.1 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

A convenção americana de direitos humanos- Pacto de San José da Costa Rica é um dos marcos mais importante, esse tratado internacional que tinha por objetivo também a proteção da criança e adolescente, mas ainda assim não dava a importância necessária que

necessitavam, pois sua proteção era voltada a toda a sociedade, apenas alguns de seus artigos tratavam da criança e adolescente e seguindo a mesma linha tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos também ratificada pelo Brasil.

Em 1959 foi aprovada pela Organização das Nações Unidas a declaração dos Direitos da Criança e Adolescente conscientes em princípios a serem buscados pelo estado na proteção infanto-juvenil, o maior empecilho é que esses princípios de proteção eram normas programáticas e não obrigavam o estado a concretiza-los, mas apenas ter como objetivos a serem buscados.

Em 21 de setembro de 1990 surgiu a convenção sobre Direitos da Criança e Adolescente por meio de decreto sendo ratificado pelo Congresso Nacional em 1990, sem dúvida alguma uns dos instrumentos mais importantes para o exercício dos direitos infanto-juvenil, pois esta convenção veio a consolidar e garantir as normas de proteção, tornando-as concretas, impondo aos estados signatários a obrigação em cumpri-las.

5.2 LEGISLAÇÃO ÂMBITO NACIONAL

No âmbito nacional temos o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Constituição Federal em seu art. 227 tratou expressamente do tema ao dizer que é dever da família, da sociedade e do estado assegurar uma serie de direitos da criança e do adolescente. Reafirmando a proteção dessas pessoas que ainda estão em desenvolvimento físico, moral, intelectual e social, colocando-as como sujeitos de direitos importantes para toda a sociedade, o ECA se estruturou em dois princípios primordiais, o primeiro diz respeito ao interesse do menor, todas as decisões que envolvam menores devem levar em conta um interesse superior, o estado é o responsável por garantir esse direito assegurando qual o melhor destino para a criança e ao adolescente garantindo seu desenvolvimento saudável, e o segundo é o da prioridade absoluta como podemos perceber pelo próprio nome do princípio,

o menor tem que ser considerado mais importante que qualquer coisa, garantindo todos os seus direitos a fim de que se possa exercer uma cidadania plena.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.)

Diante das dificuldades no atendimento da criança e ao adolescente e a necessidade de guardá-los o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi aprovado, o que representou um grande avanço no tratamento dos menores que cometem atos infracionais, vindo com o objetivo de organizar as entidades de atendimento ao jovem infrator, com apoio de profissionais dedicados na busca de proteção dessas crianças e adolescentes, a fim de que possam retornar ao convívio social e viver em paz sem cometerem novos atos infracionais.

§ 1º Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível por incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - desaprovação da conduta infracional, efetivando-se como exibição como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos na lei (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

5.3 LEGISLAÇÃO LOCAL

A Constituição Federal estabelece que a união regulamentara normas de caráter geral, enquanto os estados poderão legislar sobre normas locais. Contudo a Carta Magna (CM) deixa claro que os estados só poderão interferir no que diz respeito a coordenação e execução dos programas referentes as crianças e aso adolescentes, no estado de Mato Grosso temos o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescentes (CEDMA-MT) que tem por objetivo implementar o núcleo de formação continuada, como também promover a evolução no processo da pratica social de promoção e garantia de direitos da crianças e adolescentes.

6. ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

Atualmente os centros socioeducativos apresentam estrutura física precária, pois não oferecem atividades adequadas aos menores infratores. O atendimento aos adolescentes que praticam atos infracionais, deve considerar os aspectos educativos e não apenas as sanções punitivas, de natureza coercitiva.

“Pretende-se, com isso, garantir a proteção integral dos adolescentes e o atendimento aos seus direitos, por meio de um conjunto de ações que possa inseri-los na vida social, proporcionando uma “educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente” (VOLPI, 2002, p. 14).

Na visão de Demo, (1993) “Ser pobre não é apenas ter, mas, sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que ter”.

Costa (2003) explica que, pelo fato de serem recrutados logo cedo por quadrilhas de suas comunidades, e serem postos para trabalhar no tráfico; são encarregados de proteger, gerir, e atuar das mais diversas formas no comércio de entorpecentes. Crianças e adolescentes que antes eram invisíveis aos olhos do mundo, agora se veem em posições e cargos de respeito em seus espaços sociais. Transitam pelas áreas em que cresceram, sendo notados e tratados com uma mistura de respeito e temor pelos moradores que ali residem.

O autor ainda expõe o fato de que a ascensão destes jovens por meios ilegais não são apenas vias acessíveis e práticas de conquistar seu espaço no mundo, mas também são as únicas oportunidades que lhes são dadas, logo que não costumam herdar nada além

da própria pobreza ao longo de suas vidas. Seus esforços são reconhecidos nas organizações de tráfico, onde são incentivados, e iludidos pela posição de status que adquirem em suas próprias comunidades.

“Inicia-se o processo que pode levar o jovem à violência criminosa, passando o mesmo a nutrir sentimento de revolta e vingança social, terreno fértil e propício para medrar a semente plantada pelos quadrilheiros, já que, estudos tem demonstrado haver uma ligação direta entre o sentimento de débito social, que lhes é passado pela família e pela sociedade, e a violência” (COSTA, Maurício Daltro, 2003).

Portanto, um rapaz que viveu no descaso, sem sustento, proteção e estrutura familiar, sem a possibilidade de almejar bens e posses de valor ou alcançar grandes feitos torna-se tão vítima, ou até mais quanto os que sofrem com suas condutas irresponsáveis e inconsequentes. Segundo o autor, “o dinheiro do crime, embora não possa inseri-lo na sociedade na sociedade “do asfalto”, pode lhe dar um lugar de destaque na da favela”. As crianças que compõem as favelas possuem uma “relação agridoce com a visibilidade”; são apenas vistas, mas nunca enxergadas de fato. Quando notadas pelo resto do mundo, pagam o alto preço do preconceito através de olhares e comentários discriminatórios.

De acordo com o Instituto da Infância (IFAN), estudos realizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam que apenas 1% dos homicídios registrados no país é cometido por adolescentes, e a maioria das internações realizadas na Fundação Casa são por motivos de tráfico de drogas e roubo. Por outro lado, o relatório final da CPI do assassinato de jovens do Senado (2015) nos traz um número preocupante, onde os jovens correspondem a 53% das vítimas mortas em todo o país, e destes jovens, 77% são negros.

Nota-se a importância da intervenção de sistemas socioeducativos que trabalhem através dos meios de reintegração, zelando pelo fundo destes jovens, norteando seus rumos e criando novas oportunidades. Nas palavras de Costa (2003), “Penas privativas de liberdade maiores não são necessárias, mas, é preciso que os estabelecimentos de internação passem a ser que deles se espera e exige a lei, possibilitando a real regeneração do jovem”.

Desse modo, a estrutura dos ambientes socioeducativos deve buscar justiça; tanto para a vítima quanto para o jovem.

As práticas sociais devem oferecer condições reais, por meio de ações e atividades programáticas a participação ativa e qualitativa da família no processo socioeducativo, possibilitando o fornecimento dos vínculos e a inclusão dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário. As ações e atividades devem ser programadas a partir da realidade familiar e comunitária do adolescente para que em conjunto os programas de atendimento, adolescente e família possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas necessidades reais. Bem como, a participação da família, da comunidade e das organizações sociais voltadas a defesa dos direitos das crianças e adolescentes na ação socioeducativa é fundamental para a concessão dos objetivos da medida aplicada ao adolescente

Auxiliando estes jovens infratores na ressocialização, fornecendo cursos preparatórios e oficinas de trabalho, ajudariam tanto na formação dos jovens quanto no desenvolvimento profissional dos mesmos para o mercado de trabalho e assim traria benefícios a sociedade em um todo.

7. ASPECTOS TÉCNICOS

Pensando em sustentabilidade e tendo como objetivo principal o baixo gasto e rentabilidade da edificação, foram pensados em formas de produtividade e ainda meios que não agridam o meio ambiente, sendo elas a instalação de placas solares, que economizam nas despesas mensais de energia elétrica e aumenta o uso de energia renováveis; em captação e aproveitamento de água das chuvas. Estes meios que ajudam na redução dos custos das despesas mensais e podem ser aproveitados em diversos setores, como na irrigação das hortas, banheiros e outros fins, tendo também na iluminação e ventilação natural e utilização de brises que regulam a incidência de iluminação e ventilação naturais e garantem menos gastos de energia durante o dia, proporcionando um ambiente mais agradável. Na parte de alimentação, seguimos a mesma linha de pensamento anterior, criando uma horta orgânica, onde nela os jovens trabalharão com a compostagem de lixo orgânico, e assim reduzindo gastos mensais com alimentação, e ainda de boa qualidade sendo cultivada pelos próprios internos.

8. PROJETOS DE REFERÊNCIA

8.1 BEYOND THE PRISON BARS

Projetado por alunos da universidade de Liverpool na Inglaterra, esse projeto ganhou o prêmio Archiprix de 2011, o tema trata sobre sistemas penitenciários, onde nele apresenta formas de como punir e reabilitar os detentos, de uma forma que os envolva aos poucos com a sociedade.

O projeto está localizado no centro da cidade, pois abrange diversos equipamentos, como o comércio, terminal, serviços entre outros, a proposta de implantar a penitenciária no centro da cidade foi proposital, pois a ressocialização dos detentos depende do comportamento dos mesmos.

Figura 8: Fachada Beyond The Prison Bars



Fonte: Archiprix,2017.

O espaço conta com alojamento dividido em cinco categorias, que atende presidiários de diferentes riscos, até os recém-libertados.

Figura 9: Quartos Beyond The Prison Bars

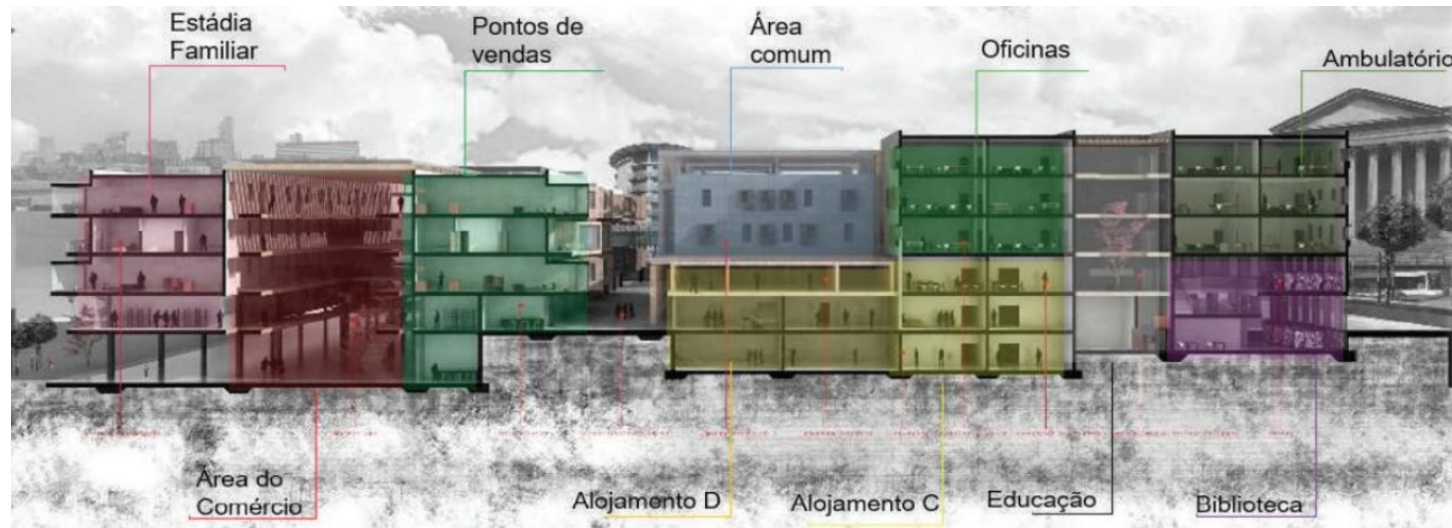


Fonte: Archiprix,2017.

Conta também com um espaço para a formação profissional, área de aconselhamento, educação, oficinas, bibliotecas, e espaços para visita íntima e estadias para familiares. Outra forma de socialização do preso com a sociedade está no comércio desenvolvido dentro

do presídio, onde os presos produzem nas oficinas mercadorias que são vendidas para a comunidade com preço reduzido, assim gera um maior contato da comunidade com os encarcerados e os mesmos podem aprender o comércio.

Figura 10: Setorização Beyond The Prison Bars



Fonte: Archiprix,2017.

Um dos pontos primordiais do Beyond The Prison Bars, é a forma de relacionar o edifício com uma área já urbanizada, fornecendo a ressocialização de reintegração por se tratar de um equipamento visto negativamente pela sociedade, outro fator interessante é como estão dispostos os setores, fazendo com que os mesmos tenham formações profissionais, áreas de aconselhamento, educação, oficinas, bibliotecas, espaço para visitas íntimas e estadia de familiares

8.2 CASA DE ACOLHIMENTO PARA MENORES/ CEBRA

A Casa de Acolhimento para Menores, titulada como Casa De Acolhimento para Crianças do Futuro, foi projetada pelo escritório Dinamarquês CEBRA no ano de 2014 em Kerteminde, região central da Dinamarca e conta com uma área de 1.500 m², a edificação fica implantada na malha urbana, perto dos acessos ao município, mas, contudo, há poucas edificações ao seu entorno. No projeto foram empregados azulejos, madeiras e muitas aberturas de vidro, propiciando a utilização de iluminação natural (SBEGHEN, 2015).

Figura 11: Fachada casa de acolhimento para menores/ CEBRA

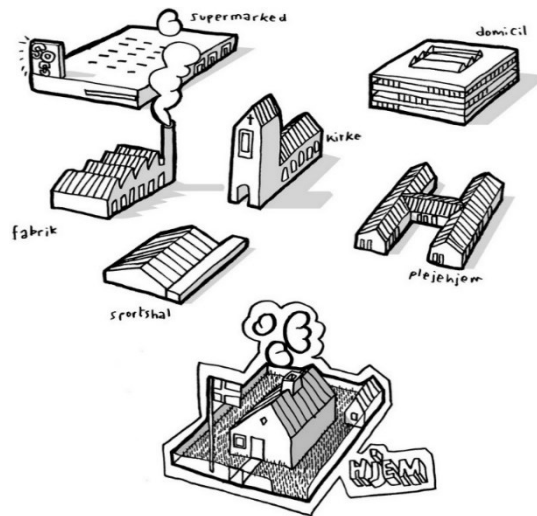


Fonte: Archdaily,2015.

Segundo Sbeghen, a ideia central do projeto foi propor um espaço familiar e acolhedor, mas sem perder o estilo moderno em que o escritório trabalha. O programa de necessidades foi outro ponto que se levou em consideração, com objetivo do mesmo era garantir segurança, mas, contudo queria passar a ideia de um projeto audacioso, com novas atividades pedagógicas, por flexível a mudanças espaciais e organizacionais em seu interior, e o mais importante, que se assemelhasse a um lar, pois a entidade tem como principal objetivo promover a socialização e integração entre os acolhidos, a fim de prestar o melhor serviço de acolhimento possível.

Para o escritório partiu da ideia de como as pessoas identificam uma residência, onde se tem por alusão a ser uma casa, uma edificação que contem telhado com duas águas e chaminé no telhado, obtendo diferentes usos como industrial, religiosos e entre outros.

Figura 12: Identificação casa de acolhimento para menores



Fonte: Archdaily,2015.

Figura 13: Identificação casa de acolhimento para menores

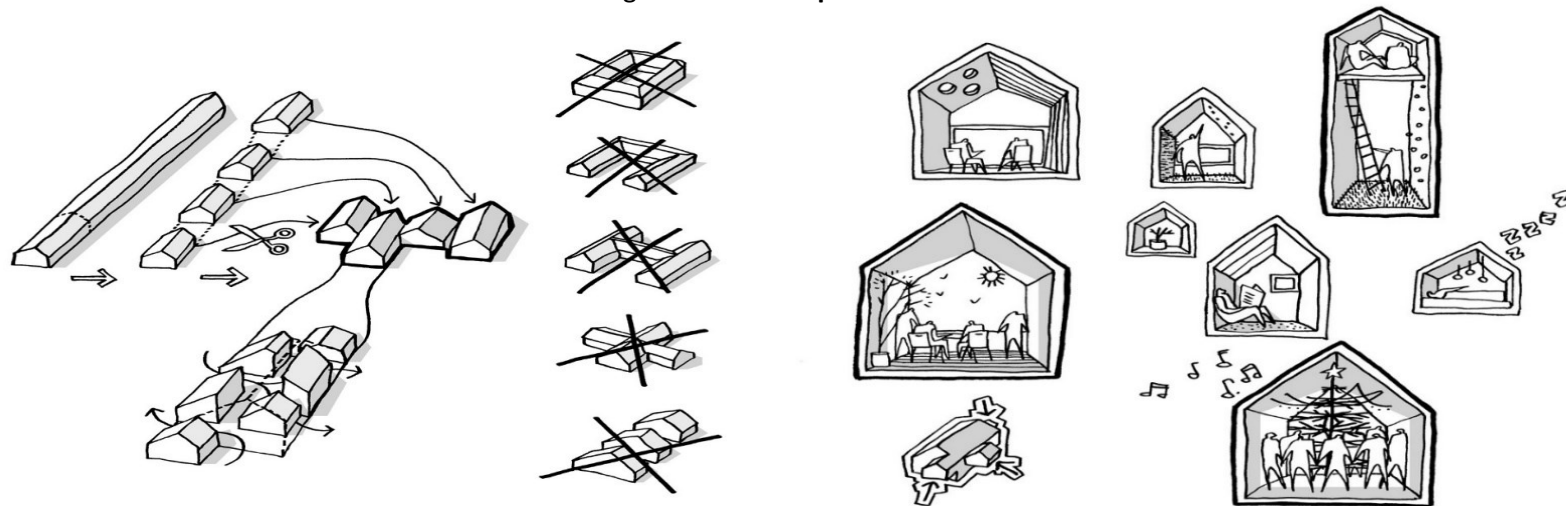


Fonte: Archdaily,2015.

Sbeghen diz que, o centro de acolhimento integral a crianças e adolescentes se organiza em quatro residências interligadas, onde alguns volumes são mais extensos que outros, criando uma plástica de cheios e vazios. Esse formato busca promover a apropriação dos acolhidos com o ambiente, com um sentimento de pertencimento ao espaço, podendo os assistidos terem momentos a sós com privacidade ou em grupos, cada grupo etário possui seu espaço, sendo ideal para a idade e as necessidades de cada equipe. A área pertencente as crianças menores dão acesso direto ao espaço de jogos. No centro da edificação fica a entrada principal que tem uma alta visão do acesso ao estacionamento, possibilitando a observação de todas as pessoas que tem estão acessando ou saindo da instituição. Os adolescentes possuem os ambientes mais descontraídos da edificação e tem total visão para a rua.

Os departamentos administrativos, estar e aposentos dos funcionários do instituto, estão implantados em alguns sótãos e no primeiro piso, afim de permitir que os mesmos tenham uma visão de todas faixas etárias. Os servidores procuram dedicar o máximo de tempo possível aos acolhidos, para que os mesmos se sintam em casa.

Figura 14: Estudo preliminar



Fonte: Archdaily,2015.

Partindo da própria cultura, com telhados de duas águas e sótão, as fachadas expõem traços simples e leves atrelando o projeto na área residencial onde está inserida, pelo fato de parecer uma residência faz com que os acolhidos tenham segurança e os leva conforto, com volumes ampliados para fora, ou contraídos para dentro do volume principal, com direção convencional, ou invertidos de cabeça para baixo, criando elevações distintas, se destacando por sua identidade própria e alternativa.

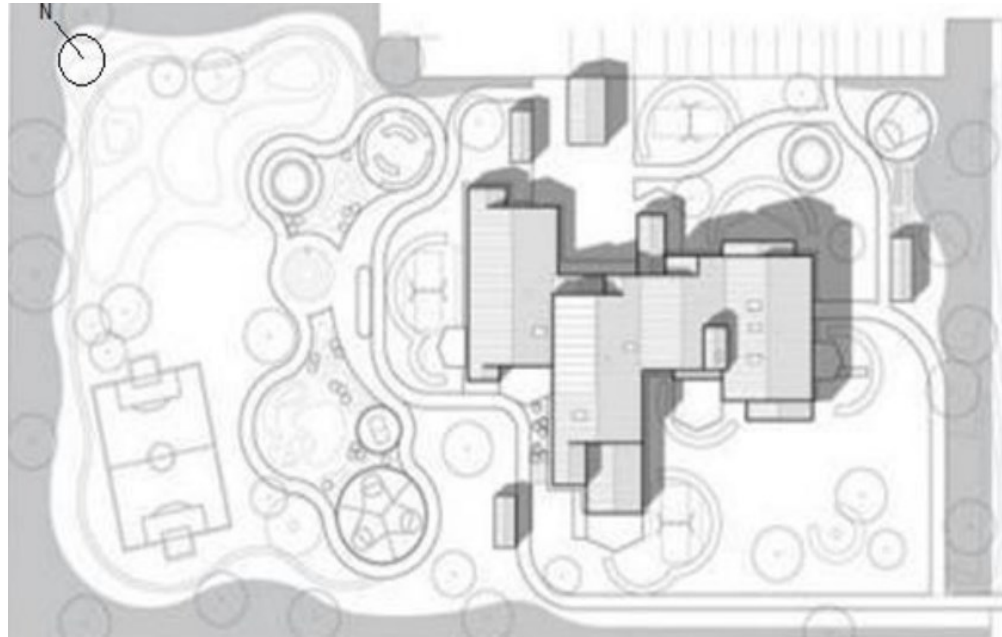
Figura 15: Identificação casa de acolhimento para menores/ CEBRA



Fonte: Archdaily,2015.

A implantação da edificação está disposta no meio de um amplo terreno, aproveitando os espaços livres tanto na parte da frente quanto na de trás. Cria um contraste das linhas retas do projeto com as linhas curvas da paginação de pisos e ambientes externos.

Figura 16: Implantação casa de acolhimento para menores



Fonte: Archdaily,2015.

O edifício possui dois pavimentos, onde o térreo contém o administrativo com os escritórios, sala e uso coletivo, lavanderia e cozinha e no primeiro pavimento fica as salas coletivas e recreativas, os dormitórios e a residência dos funcionários, e ainda contém os espaços do sótão.

Figura 17: Setorização casa de acolhimento para menores/ CEBRA



Fonte: Archdaily,2015.

LEGENDA:

- 1. Administrativo;
- 2. Dormitórios;
- 3. Área comum da unidade;
- 4. Sala de atividades;
- 5. Residência dos funcionários;
- 6. Sala comum;

- 7. Estar dos funcionários;
- 8. Cozinha;
- 9. Serviços;
- 10. Depósitos;
- 11. Vestiários;
- 12. Sala de apoio;

Um desempenho energético otimizado e clima interno. Ao combinar soluções passivas (por exemplo, isolamento, volume compacto, entrada de luz natural) e ativas (painéis solares), a demanda de energia do edifício de 30,4 kWh / m² por ano atende às exigências dos padrões da Classe 2015 de Baixa Energia da Dinamarca. Ao acatar a adaptabilidade como um elemento vital, ela é capaz de se adaptar às necessidades futuras em evolução com um uso mínimo de recursos. A organização racional garante que os procedimentos de trabalho do pessoal sejam efetivamente incorporados nas rotinas diárias, liberando, assim, o tempo - mais em casa, menos instituição.

Um fator que auxilia a ressocialização dos jovens é a sensação de estar em um lar, a Casa de Acolhimento para Menores traz esta ideia, onde com ela também busca práticas sustentáveis como a iluminação natural e utilização de painéis solares.

8.3 ESCOLA INTERNACIONAL FRANCESA

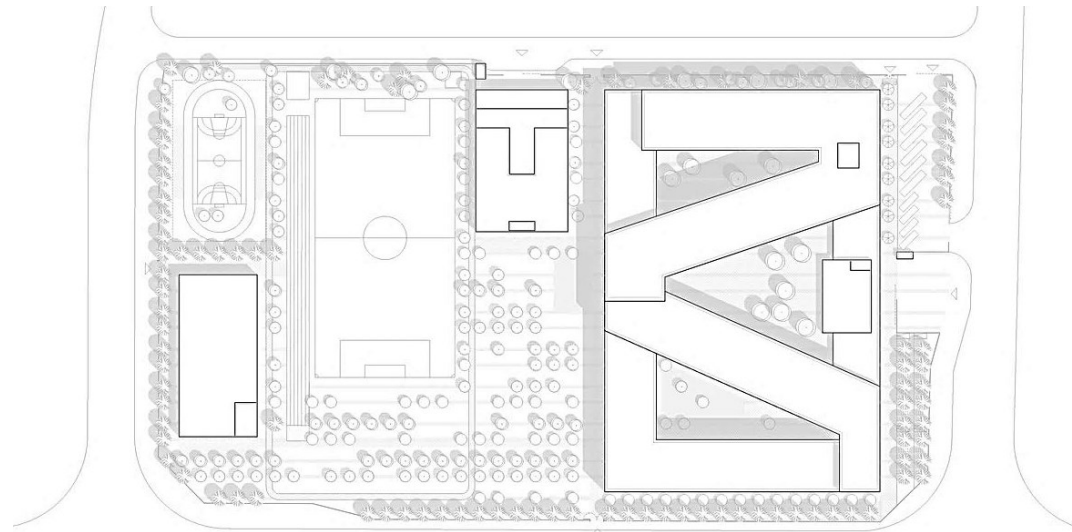
A Escola Internacional Francesa, foi projetado pelo escritório de arquitetura Jacques Ferrier Architecture no ano de 2016 em Pequim, conta com uma área de 19.000 m², a edificação fica implantada no bairro “Orchard”, legou em consideração a paisagem do entorno, sendo um edifício de gabarito baixo espalhado pelos generosos espaços verdes. Em um lote amplo, os módulos da escola foram colocados de forma a criar espaços protegidos porem abertos, com a paisagem sempre presente no fundo.

Figura 18: Fachada escola internacional francesa**Figura 19:** Átrio escola internacional francesa

Fonte: Archdaily,2015.

Esses módulos foram localizados de forma que o edifício cria um espaço contínuo e unificado, definindo os diversos caminhos e sua relação com a rua, possibilitando assim a diferenciação entre os acessos da escola primária, da secundária e a universidade.

A implantação possibilita a formação de pátios e praças internas da sua geometria. Todos os espaços ao ar livre abrem-se para a horta da cantina e para as instalações esportivas.

Figura 20: Implantação escola internacional francesa

Fonte: Archdaily,2015.

A organização dos espaços dentro da escola foi pensada para que seja fácil reconhecer cada ambiente que o usuário adentra. Um elemento importante utilizado é uma “rede” de madeira que dá uma sensação de flutuar sobre o edifício. Esse elemento foi colocado de forma que a luz não obstrua as salas de aula e de forma que não prejudique a vista ao exterior, o entorno orgânico formado pelas árvores frutíferas. Esse elemento tem um papel importante para sombrear e controlar a incidência de luz natural no edifício.

Figura 21: Átrio escola internacional francesa**Figura 22:** Brises escola internacional francesa

Fonte: Archdaily,2015.

As entradas para a escola primária, escola secundária e a universidade são visivelmente separadas. Contudo, existem vinculações em algumas partes da escola. A organização dos ambientes é inconfundível e legível: o hall da escola e a biblioteca são reconhecíveis no momento em que o aluno entra na escola, já no segundo piso, as salas de aula são constituídas de forma coerente e branda.

A forma de implementação que garante em seu interior os pátios abertos, de forma em que o edifício se torne um elemento isolante do exterior, o que para o centro socioeducativo é importante, pois garante maior liberdade de circulação do jovem no interior do prédio, uma segurança livre sem o auxílio de grades e muros altos, a ideia dos brises auxiliam muito no conforto térmico dos espaços.

8.4 MATRIZ DE ANÁLISE

Após analisar cada projeto escolhido, torna – se plausível pontuar os principais objetivos e as diretrizes pra a proposta em questão.

Quadro 01– Síntese análise comparativa dos Projetos Referenciais

ATRIBUTO	VARIÁVEIS	PROJETOS REFERENCIAIS		
		PROJETO 01	PROJETO 02	PROJETO 03
ESTRUTURA FÍSICA	Situação Atual	Projeto	Construído	Construído
	Localização	Liverpool	Kerteminde, Dinamarca	Pequim, China
	Metragem (m ²)	Não consta	1.250m ²	19.000m ²
	Partido Arquitetônico	Não consta	Não consta	Não consta
	Ambientes Projetados	Estadia familiar, área do comercio, pontos de vendas, área comum, alojamento D, C, oficinas, educação; biblioteca e ambulatório.	Administrativo, dormitórios, área em comum, sala de atividades, residências dos funcionários, sala comum, estar dos funcionários, cozinha, serviços, depósitos, vestiários, e sala de apoio.	Sala de aula, biblioteca, horta, praças internas, entre outros.
	Materiais construtivos	Vidro e concreto	Concreto armado	Concreto armado
	Sistema Construtivo	Não consta	Alvenaria convencional	Alvenaria convencional
	Condicionantes ambientais	Não consta	Iluminação natural	Iluminação na natural e brises em formato de “redes” de madeira
	Sistema energético	Não consta	Painéis solares	Não consta
	Instalações complementares	Não consta	Não consta	Não consta
Entorno	Projetado no centro da cidade	Bairro residencial	Bairro residencial	

- **Apontamentos relevantes dos projetos de referência**

Os diferentes projetos contribuem referencialmente para o desenvolvimento do trabalho de distintas formas, e de formas valiosas. Todos os três projetos apresentam alternativas distintas de materialidade, como o concreto, a madeira e o vidro, que podem ser usadas na

construção da proposta projetual. Além disso, é possível observar alternativas para os atuais muros de concretos, brises de madeira, utilização de painéis solares, e a sensação de estar em um lar.

9. ASPECTOS METODOLÓGICOS

9.1 UMA PROPOSTA PROJETUAL

Na elaboração do projeto, diversas são as possibilidades de criação das instalações para melhor atendimento e necessidades dos adolescentes, sendo abordado no trabalho formas inovadoras de reintegração a sociedade de forma que não apenas estejam esquecidos dentro dos centros, mas que possam colaborar para a formação desses sujeitos de direitos.

Na fase de elaboração, os maiores desafios foram construir uma unidade de reintegração com o objetivo de trazer uma realidade que poderia ser alcançada pelo adolescente, trazendo um aspecto de lar e bem estar para se sentir acolhido no seio familiar da unidade que estão ali para ajudá-los. Como os ambientes influenciam o bem estar físico, mental, psicológico e emocional, quanto mais agradável os ambientes que eles estiverem melhor será sua qualidade de vida, influenciando uma relação social saudável entre os internos bem como, aumenta a satisfação de quem trabalha no espaço aumenando até a produtividade.

O espaço construído reflete como queremos ver a realidade deles quando forem novas pessoas reintegradas a sociedade.

9.2 O OBJETO

A temática proposta tem como objetivo o desenvolvimento de um projeto do centro de ressocialização para jovens infratores, onde a arquitetura possa ser usada a favor da melhoria na qualidade de vida dos jovens reeducandos, para que os mesmos tenham condições adequadas ao serem atendidos, e conseqüentemente promovendo melhorias para a sociedade que receberá este jovem após sua liberação.

Durante a elaboração desta proposta projetual foram considerados alguns parâmetros arquitetônicos adotados a fim de satisfazer o programa de necessidades pré-estabelecido fornecido pelas normas do SINASE (2006), onde a mesma determina a quantidade máxima de 40 jovens na medida de internação provisória em situação de vulnerabilidade social.

9.3 CONCEITO ESTRUTURANTE

O conceito adotado no projeto surgiu através da ideia de um ambiente constituído de blocos interligados entre si, formando um todo harmonioso, semelhante a uma vila, dividida em zonas de usos distintos, tirando a sensação de prisão.

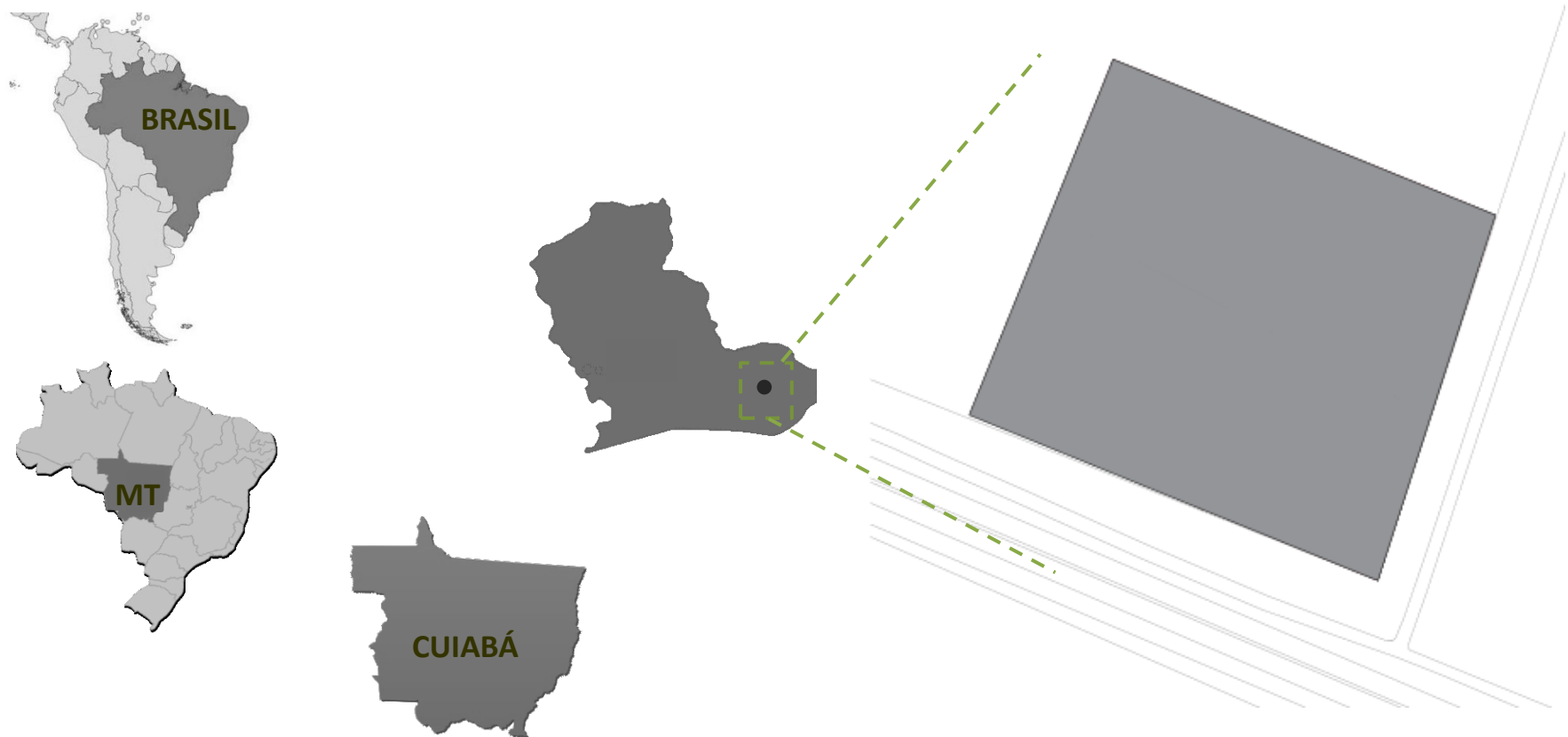
Foi utilizada como diretriz a divisão dos jovens reeducandos em blocos de acordo com sua condição, visto que cada indivíduo tem sua particularidade, que foi respeitada na concepção deste projeto.

Adotando no projeto a utilização de parede dupla, pé direito duplo e telhas termo acústicas, para que com isso ocorra a diminuição da entrada de calor, dado que o clima de Cuiabá é bem acentuado, neste quesito foi pensado na utilização dos brises, especialmente em corredores, podendo assim trazer uma ventilação e controle de iluminação natural, captação de água da chuva e placas solares e assim obtendo uma maior eficiência energética da edificação.

9.4 ESTUDO DO ENTORNO

O Centro Socioeducativo Dom Bosco situa-se no bairro Jardim Passaredo na região leste da cidade de Cuiabá. Tendo a norte o bairro Residencial Lagoa Azul, a sul o bairro Quebra Pote, a leste o bairro Residencial Recanto do Sol e ao oeste o bairro Tijucal.

Figura 33: Esquema de Localização do objeto de estudo.



A escolha do terreno a ser implantado o projeto do Centro de Ressocialização para Jovens infratores Dom Bosco se deu a partir das premissas estabelecidas pelo SINASE (2006), que considera como relevante a facilidade de acesso, tanto de visitantes, funcionários, reeducandos e serviços de abastecimento, conforme indicado na figura 25.

Figura 23: Mapa de zoneamento.



Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

Figura 24: Mapa de zoneamento.



Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

A área de intervenção está localizada na Zona de Uso Múltiplo (ZUM) conforme o plano diretor, tendo em seu entorno áreas residências e comerciais.

Figura 25: Mapa de zoneamento.

ZONA	COEFICIENTE DE OCUPAÇÃO	COBERTURA VEGETAL PAISAGÍSTICA	COBERTURA VEGETAL ARBÓREA	COEFICIENTE DE PERM.	POTENCIAL CONSTRUTIVO	LIMITE DE ADENSAMENTO	POTENCIAL CONSTRUTIVO EXCEDENTE
ZUM	0,15	0,20	0,05	0,25	1,00	2,00	1,00

Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

Figura 26: Mapa de zoneamento.

ZONA	PERMITIDO	PERMISSÍVEL EIV/RIT	TOLERADO	PROIBIDO
ZUM	-Habitação unifamiliar; - Habitação coletiva; - Habitação unifamiliar em série; - Habitação transitória; - Comércio e serviço vicinal; - Comércio e serviço de bairro; - Comércio e serviços setoriais.	-Habitação de uso institucional; - Comércio e serviços gerais; - Comércio e serviço específico; - Micro-Indústria e indústria de pequeno porte do Grupo A	---	- Todos os demais usos

Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

9.5 VIAS

Através de estudos realizados no traçado viário local as vias denominadas como principais são Av. Ayrton Senna da Silva classificada como via local, e a Av. Antônio Pinheiro sendo uma via estrutural planejada, ambas descarregando o fluxo na via arterial Av. Fernando Correia da Costa (figura 30). No entanto o bairro possui uma predominância de vias locais, que tem como função permitir os acessos as residências.

Figura 27: Mapa de zoneamento.



Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

Figura 28: Mapa de zoneamento.



LEGENDA		
VIAS ESTRUTURAIS	(PGM 30M)	
VIAS ESTRUTURAIS PLANEJADAS	(PGM 50M)	
VIAS PRINCIPAIS	(PGM 24M)	
VIAS PRINCIPAIS PLANEJADAS	(PGM 30M)	
VIAS COLETORAS	(PGM 18M)	
VIAS COLETORAS PLANEJADAS	(PGM 18M)	
VIAS ESTRUTURAIS PLANEJADAS – VIAS VERDES	(PGM 50M)	
VIAS LOCAIS	(PGM 12M)	
AREA ESCOLHIDA		

Fonte: Prefeitura de Cuiabá, lei de uso e ocupação.

10. ESTUDO DAS CONDICIONANTES FISICO-ESPACIAIS

10.1 SETORES DE INTERVENÇÃO

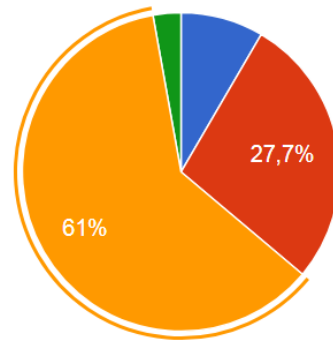
O bairro Jardim Passaredo foi escolhido para receber o Centro Ressocialização para Jovens Infratores Dom Bosco pela razão de estarem próximas às zonas residenciais tornando mais fácil o acesso das famílias dos jovens, bem como o acesso ao transporte pública mediante as linhas 071 e 730 segundo os dados da MOOVIT.

	<p>A linha 071 de ônibus (Sentido: Centro>> Corujão Pedra 90 tem 52 paradas partindo da Praça Maria Taquara e terminando na Rua Jandaia. Sua grade horária começa as 01:00 e termina as 03:00 durante os dias úteis.</p>
	<p>A linha 730 de ônibus (Sentido: Centro >> Recanto Do Sol) tem 41 paradas partido da Praça Maria Taquara e terminando em Ponto final linha 730</p>

Conforme o CENSO (2010) a população de Jardim Passaredo é distribuída entre homens e mulheres. A população masculina contempla 1.716 hab., e a população feminina, 1.718 hab., tendo em vista que a faixa etária predominante fica entre 15 a 64 anos, seguindo com as idades de 0 a 14 anos, 0 a 4 anos e por últimos 65 anos a +, como podemos observar o gráfico abaixo:

Figura 29: Faixa etária.

Jardim Passaredo: Faixa etária



- 0 a 4 anos
- 0 a 14 anos
- 15 a 64 anos
- 65 anos e +

Faixa Hetária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	316	9.2%
0 a 14 anos	1037	30.2%
15 a 64 anos	2287	66.6%
65 anos e +	106	3.1%

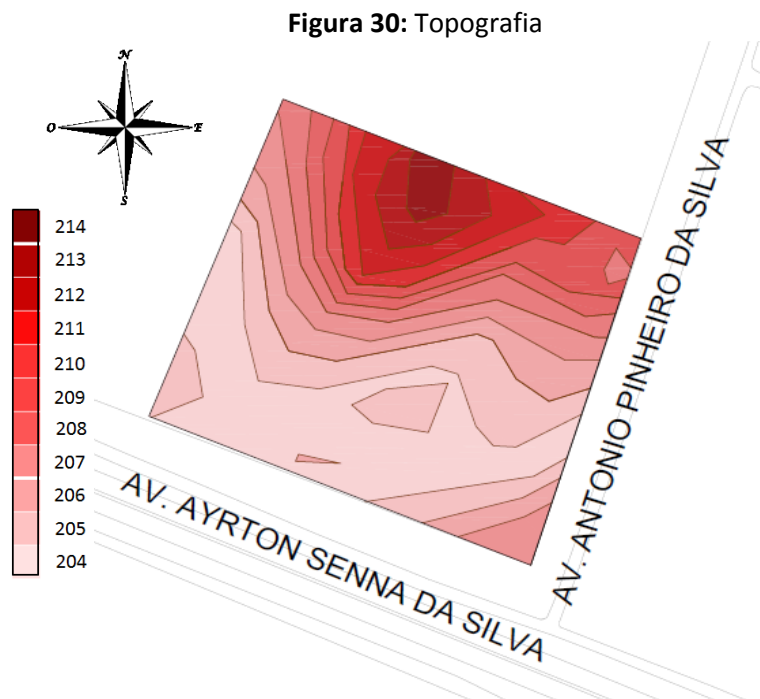
Fonte: Censo,2010.

O terreno possui uma área total de 50.241,82m², tendo acesso principal de visitantes, onde se localiza a fachada principal do Centro de Ressocialização para Jovens Infratores Dom Bosco, se dará pela Av. Ayrton Senna com 12 metros de PGM, pela Av. Antônio Pinheiro da Silva onde se instala a entrada e saída dos socioeducandos e serviços, sendo ela uma via estrutural planejada tendo o PGM de 50 metros.

10.2 TOPOGRAFIA

Em relação à topografia com base no Google Earth e Geotiff, nota-se um desnível de 10 metros, sendo nível mais alto no final do terreno, mas através de visita técnica ao local se pode notar que o terreno não possui desníveis consideráveis em sua extensão.

Para a melhoria da requalificação do espaço foi utilizada somente um nível 208 e assim possibilitando uma melhor implantação e respeitando os parâmetros do SINASE.



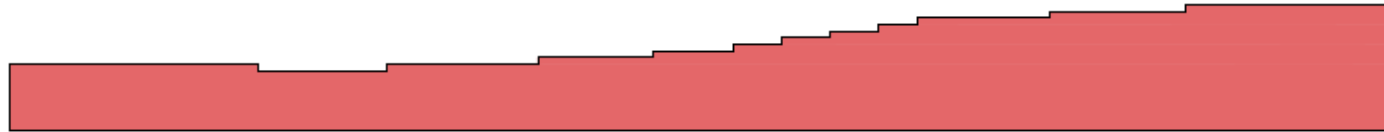
Fonte: Acervo pessoal

Figura 31: Imagem do local.



Fonte: Acervo pessoal

Figura 32: Nível do terreno.



Fonte: Acervo pessoal

10.3 INSOLAÇÃO/ CLIMA/ VEGETAÇÃO

Cuiabá se encontra numa das regiões mais quentes do Brasil de acordo com TARIFA (2011, p. 56), Cuiabá encontra-se regionalmente locada em uma área de clima Tropical Continental Alternadamente Úmido e Seco megatérmico da depressão do médio Cuiabá, tendo a temperatura média mensal é de aproximadamente 27°C nos meses de outubro a março. No entanto, a temperatura atinge os 40° C frequentemente. Os menores valores de temperaturas médias mensais ocorrem no mês de junho e julho, em torno de 22° C, mas as temperaturas podem atingir até 10°C quando frentes frias vindas do Sul passam sobre a região.

Quanto aos ventos dominantes da região, o vento vem da região noroeste e norte, já o período do inverno o vento dominante vem pela região sul, um grande benefício para o centro de ressociação para jovens infratores, levando em consideração o aproveitamento dos princípios de sustentabilidade quanto à eficiência energética do centro de ressociação.

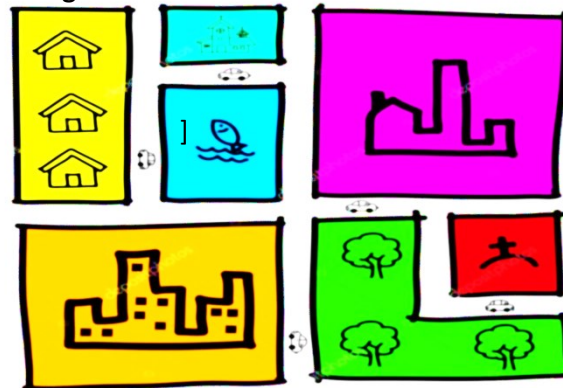
A vegetação predominante da região é a do cerrado. Atualmente o terreno encontra-se com pouca arborização, pois o mesmo está sendo utilizado como pasto, contudo apresenta algumas árvores de grande e médio porte.

10.4 PARTIDO ARQUITETÔNICO

A premissa adotada para a concepção do partido arquitetônico, foi obtido através da necessidade de levar a sensação de ambientes humanizados para os jovens em ressocialização, proporcionando uma melhoria no desenvolvimento psicológico dos jovens, fazendo com que os mesmos não voltem ao mundo do crime.

Pensando nisso, a ideia principal, foi que a implantação do projeto se assemelhasse com uma espécie de cidade, onde o menor infrator, ao dar entrada no centro de ressocialização tivesse a sensação de ainda estar inserido na sociedade, sem a impressão de privação de liberdade. Neste conceito de pequena cidade, o menor estaria condicionado a atividades de educação, lazer e cultura, além de dispor de saúde e segurança. A fim de reforçar esta ideia de pequena cidade, temos uma diversidade de estilos arquitetônicos presente no projeto e a divisão de seu zoneamento, já que uma cidade se forma pela inserção de diferentes estilos, cada um em sua respectiva época, compondo assim um espaço heterogêneo e dividido pelas respectivas zonas. Levando em consideração que cada setor tem a sua respectiva característica arquitetônica, mas não fugindo das cores adotadas pelo Centro de ressocialização, temos a seguinte setorização:

Figura 33: Zoneamento.



Fonte: Depositphotos

- **Setor de acesso de visita, administrativo, guaritas, serviço e saúde**

Tendo em vista a ideia de um estilo mais contemporâneo, trazendo elegância e modernidade, composto por um jogo de volumetrias, criando assim uma sensação de ambientes mais sóbrios.

- **Setor de visitas**

Busca trazer a ideia de um ambiente mais aconchegante, tanto para a família quanto para os jovens, afim de que se sintam mais confortáveis e cômodos, remetendo a lembrança da infância, onde se imagina uma casa com 2 águas e ao seu entorno uma praça central.

Trazendo a releitura das casas americanas com a ideia de paredes frisadas, telhado duas águas.

Figura 34: Casa lembrança da infância



Fonte: Pinterest

Tento este mesmo parâmetro para a moradia dos jovens, mas voltando com um estilo mais moderno, entretanto ainda tendo sua característica de um lar aconchegante.

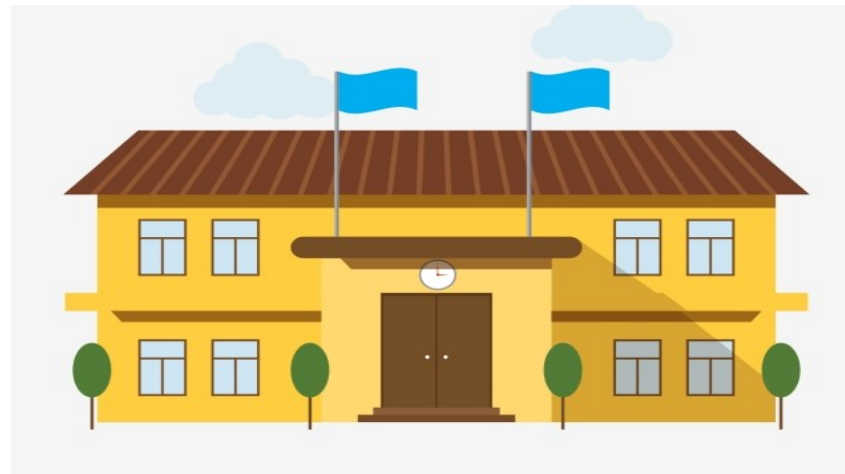
- **Setor evento**

Levando a característica de uma arquitetura clássica, com frontão e molduras, deixando o ambiente com estilo mais requintado.

- **Setor educacional**

A ideia de uma escola com estilo americano, tijolo aparente, moldura e frontão, com um átrio no meio para que os jovens mesmo dentro da área educacional tenham um contato com a natureza.

Figura 35: Lembrança de uma escola



Fonte: Pngtree

- **Capela Ecumênica**

Foi pensado em trazer a relembração dos desenhos de criança, imaginando como é uma igreja, com isso foi optado em criar uma capela com uma só torre e telhado duas águas.

Figura 36: Lembrança de uma igreja na infância

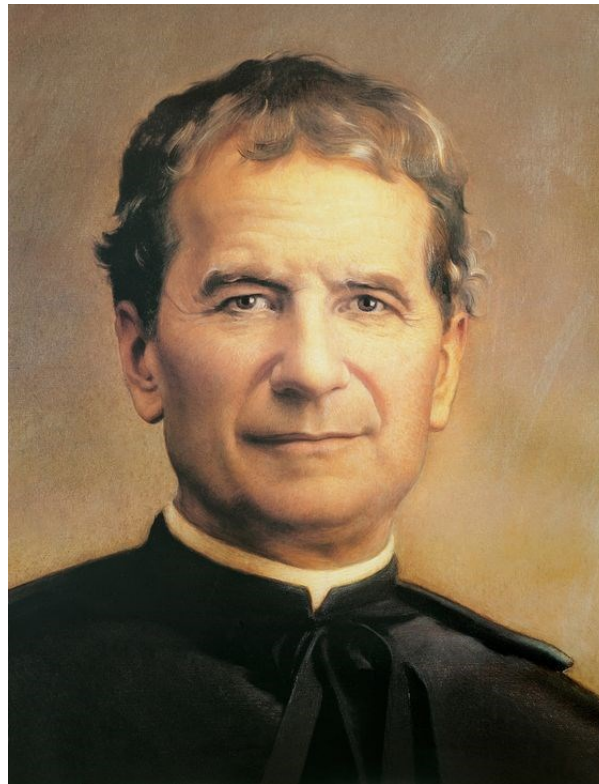


Fonte: Vecteezy

10.5 ESCOLHA DO NOME DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO

O Centro de ressocialização tem total ligação com a história de um Santo Católico chamado São João Dom Bosco, que nasceu na Itália em 1815.

Figura 37: São João Dom Bosco



Fonte: Pinterest

João Bosco teve uma infância difícil, quando pequeno perdeu seu pai, sendo criado pela sua mãe. Ele adorava estudar, porém para ajudar sua família, tinha que trabalhar pesado no campo. Certa vez, João teve um sonho com vários meninos brigando, blasfemando e profanando palavras de baixo calão. No sonho, João pedia para que os meninos parassem, no entanto, seus pedidos não foram atendidos, fazendo com que ele partisse para a força bruta. Neste momento, apareceu um homem que explicou para João que não era daquela forma que os meninos virariam seus amigos. O homem disse ainda que João devia tratá-los com bondade, mostrando o quão belo é a virtude e quão desprezível é o vício, mas João disse que não conseguiria pará-los, e o homem respondeu que certamente conseguiria pará-los com obediência e estudos. Neste momento o homem apresentou sua mãe, a Virgem Maria, e a mesma faz com que João olhe em volta João e diga o que está vendo. Então João respondeu que via lobos, ursos e animais ferozes, Maria então pede para que ele se aproxime e tenta acalmá-lo. João faz o que Maria pede e assim todos os animais viram cordeiros. João fica sem entender o que tinha acontecido, e Maria diz a ele qual era sua missão: conduzir os jovens ao bom caminho e levá-los a Deus. Onde ele tudo compreenderás, torna-se humilde, forte e corajoso.

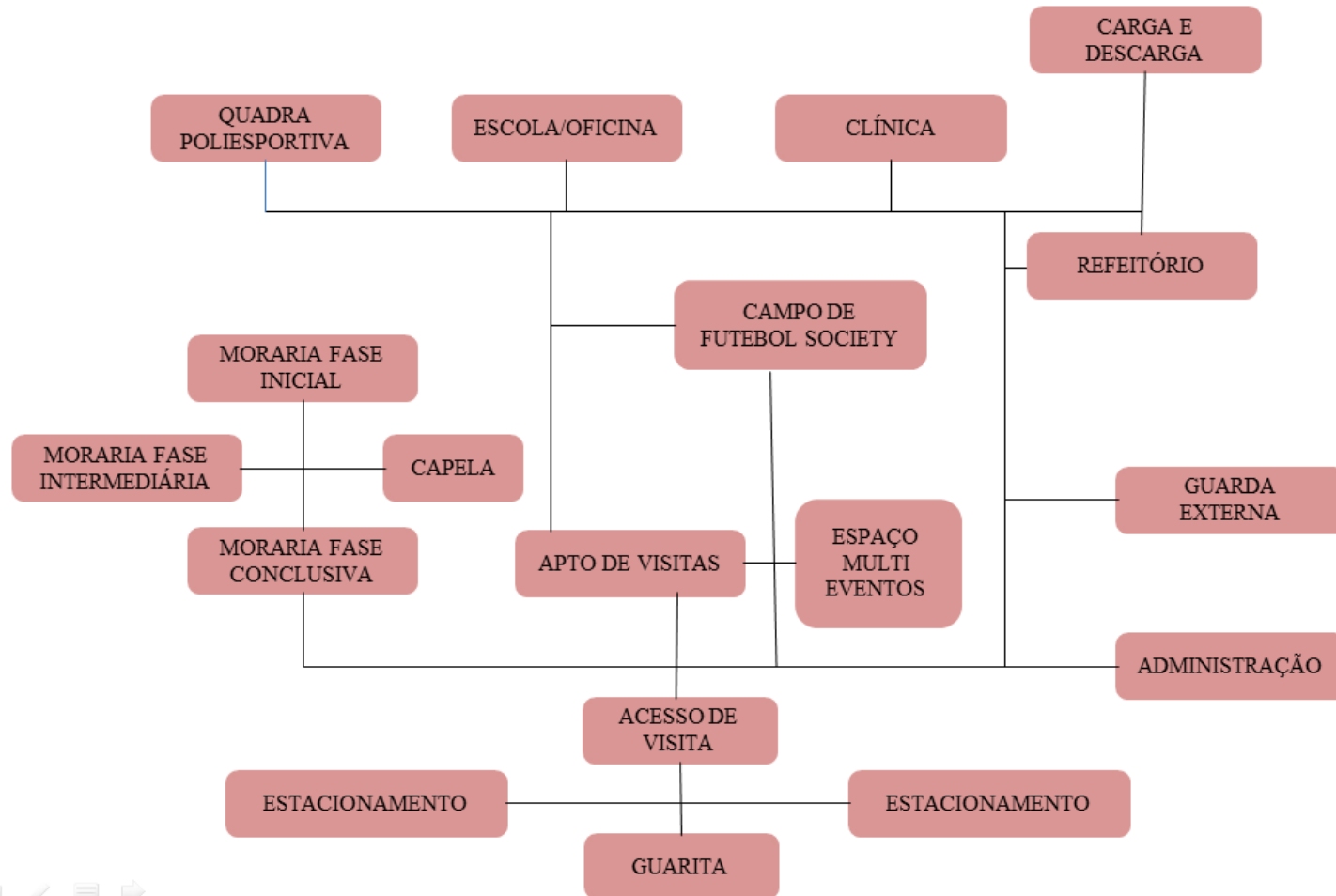
João logo quando acordou, correu para contar para sua família sobre o sonho. Enquanto todos seus irmãos zombavam, e sua avó fazia desacreditar em sonhos, sua mãe dizia que poderia ser um sinal e mais pra frente ser um padre. Dessa forma, João se inspirou e disse que queria ser um padre para acabar com os problemas que os jovens enfrentam. Dessa forma João começou a fazer shows de magia e acrobacias, com o intuito de afastar os jovens longe dos problemas. Entretanto seu irmão o interrompe e diz que se ele não trabalhasse para ajudar a família ele não teria o que comer João não se intimidou e dividiu seu tempo em trabalhar, estudar e fazer shows.

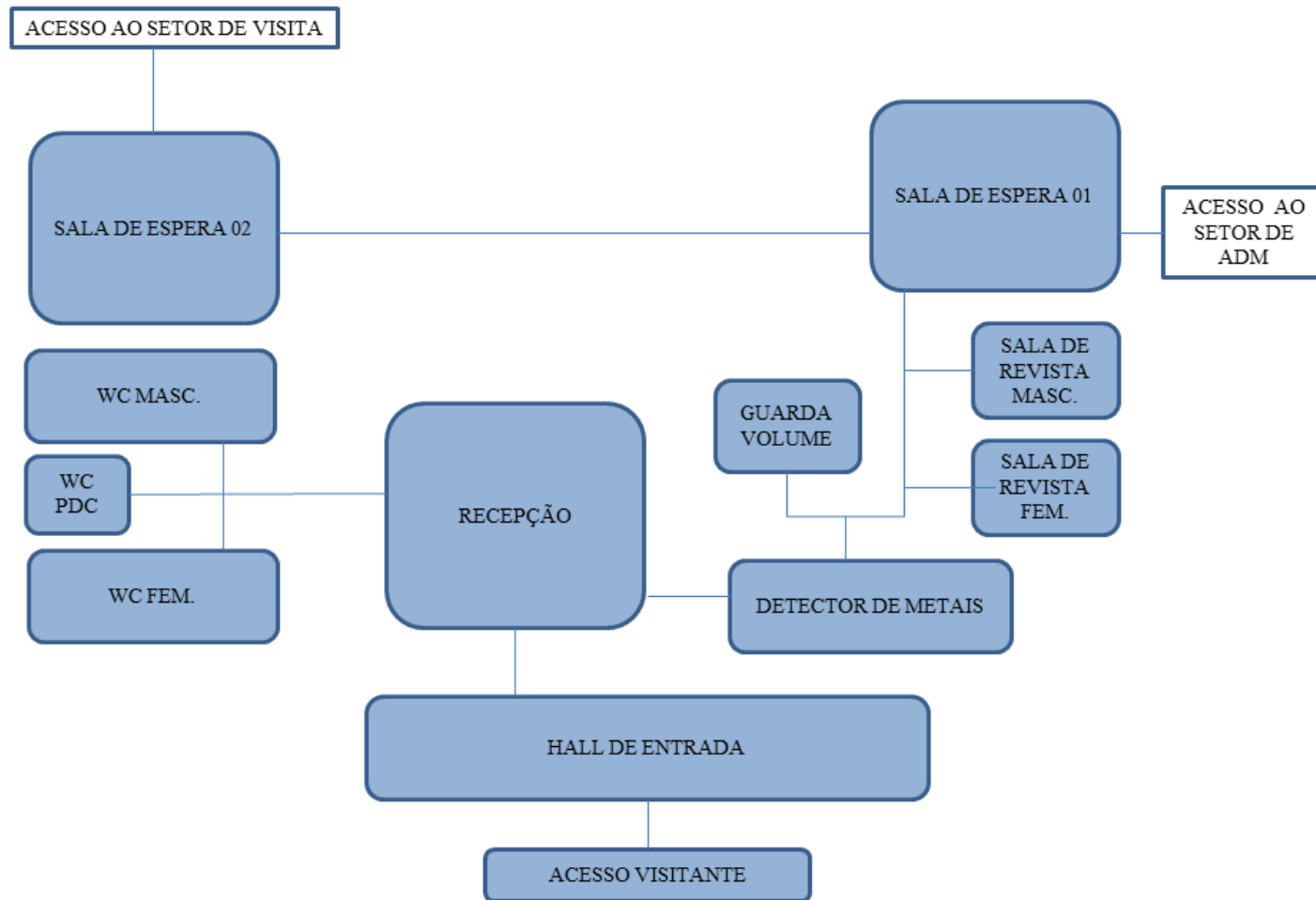
Quando fez 14 anos conheceu o padre Calosso que foi um grande aliado, ajudando João a realizar seu sonho de amparar os jovens, dando-lhe aulas e incentivando a guiar os jovens no caminho do bem, mas infelizmente o padre veio a falecer. João então foi para a escola pública, onde rapidamente conquistou a simpatia de grande parte de seus colegas, pois sempre os ajudava com as lições, e ao passar do

tempo às reuniões passaram não ser apenas para estudar, mas também para se divertir e escutar as histórias de João. Assim nasceu a Sociedade da Alegria, e seus integrantes estavam comprometidos a levar livros, jogos e a conversar para contribuir com a alegria de todos.

Com 20 anos Joao Bosco vestiu seu abito de sacerdote e deu muito orgulho a seus amigos, e principalmente a sua mãe. Sua obra cresceu, dando origem à Congregação Salesiana. Esta é a missão do Centro de Ressocialização Dom Bosco, tratar os jovens com bondade, mostrando o quão belo é a virtude e quão desprezível é o vício, guiando-os pelo caminho do bem, tratando-os com humanidade.

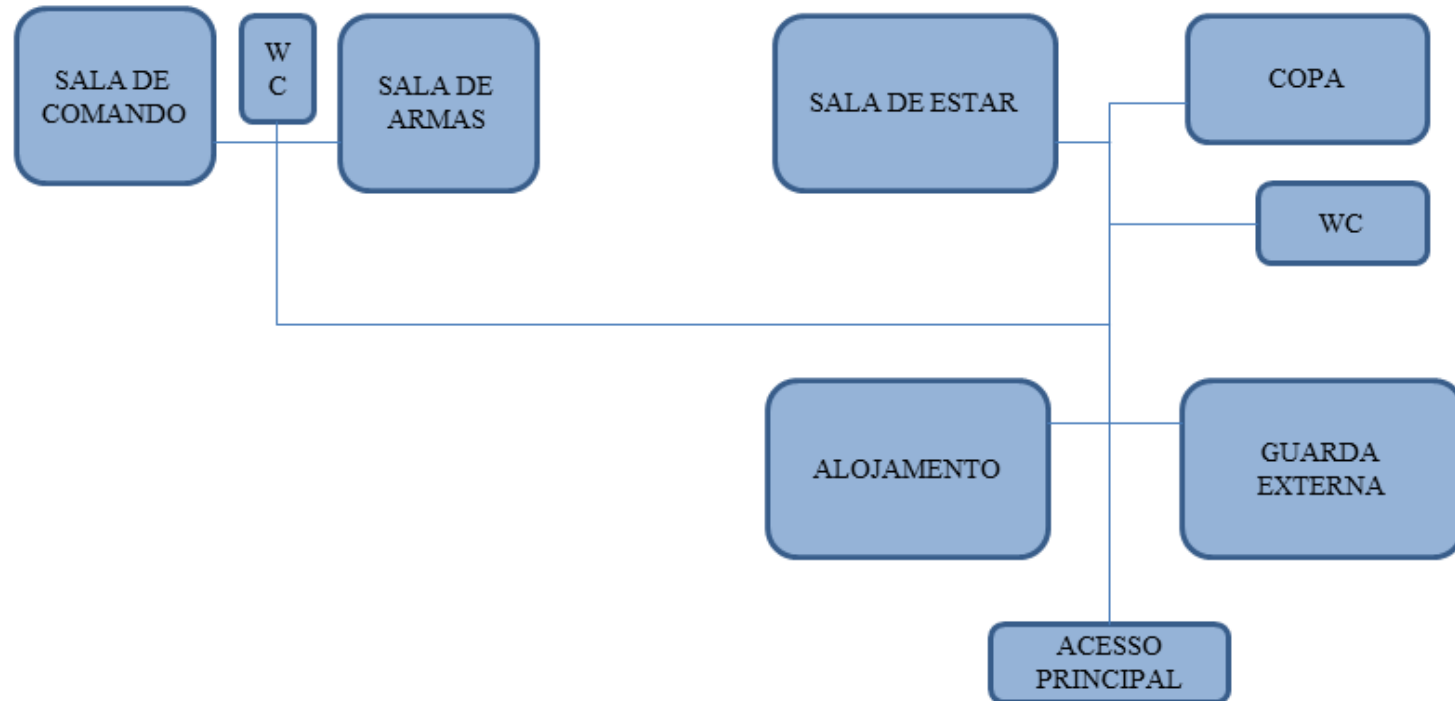
10.7 ORGANOGRAMA

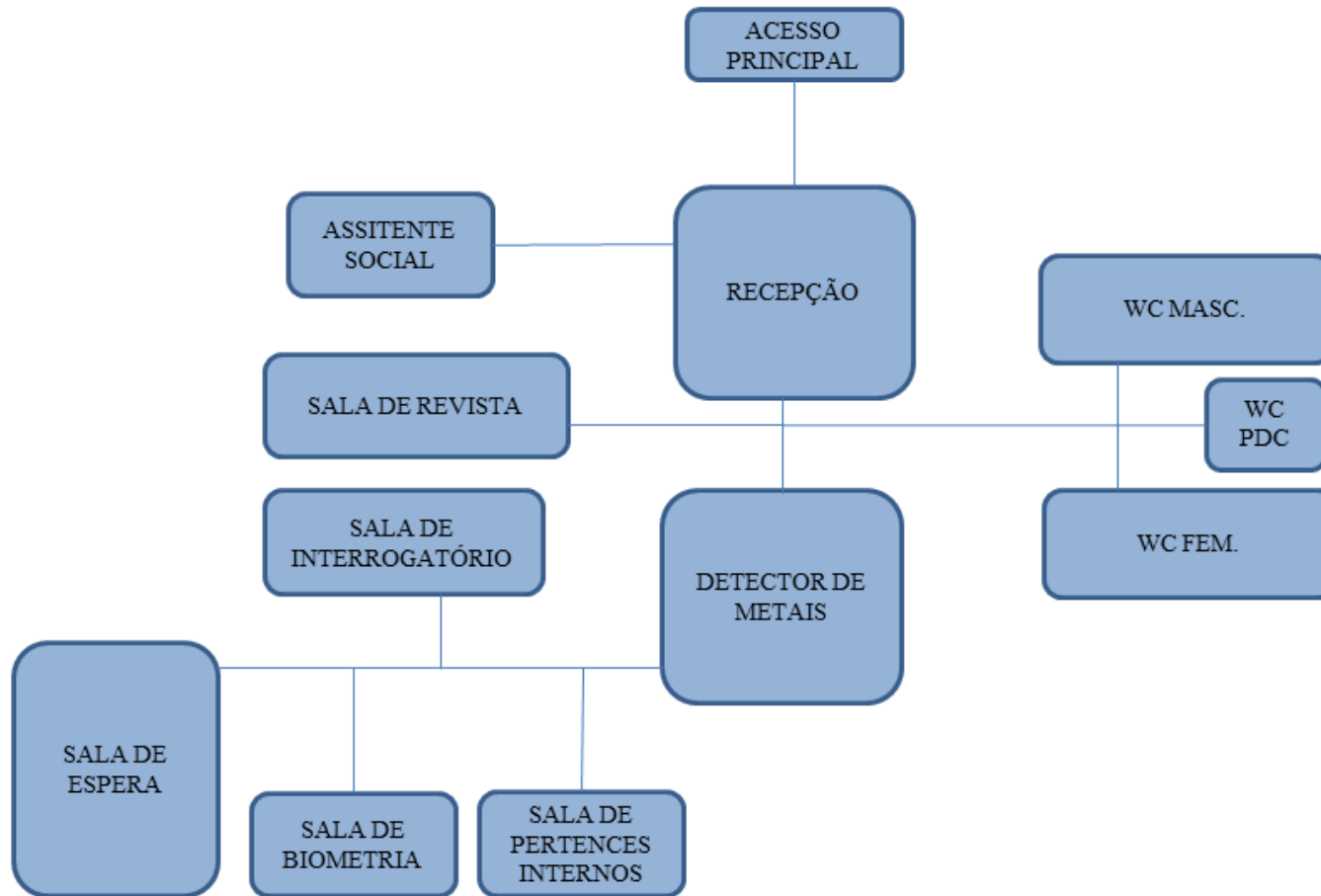


10.7.1 FLUXOGRAMA -ACESSO DE VISITANTES

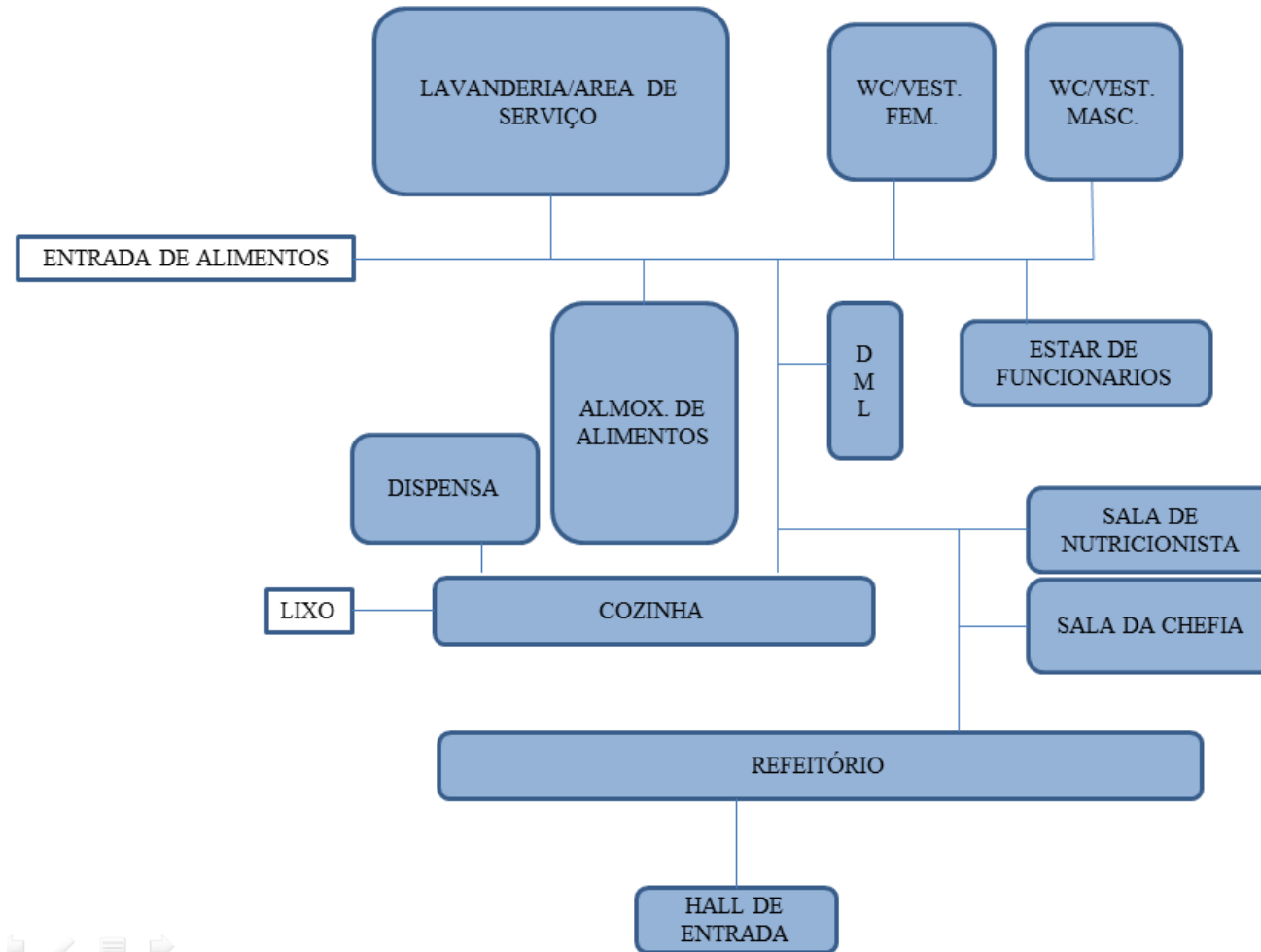
10.7.2 FLUXOGRAMA -ADMININISTRAÇÃO



10.7.3 FLUXOGRAMA -GUARDA EXTERNA – GUARITA

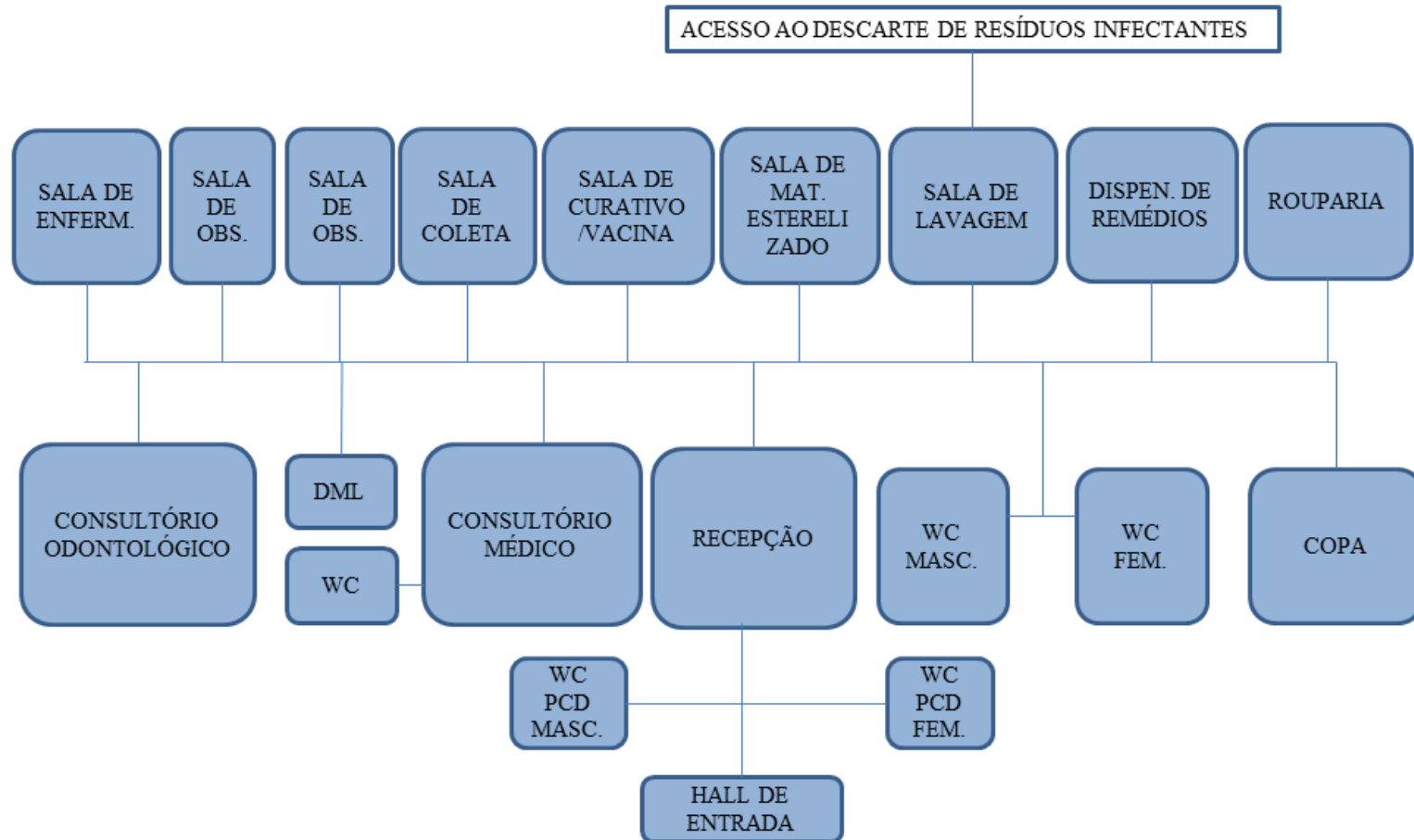
10.7.4 FLUXOGRAMA -GUARDA EXTERNA- TRIAGEM DO JOVEM INFRATOR

10.7.5 FLUXOGRAMA -ÁREA DE SERVIÇO

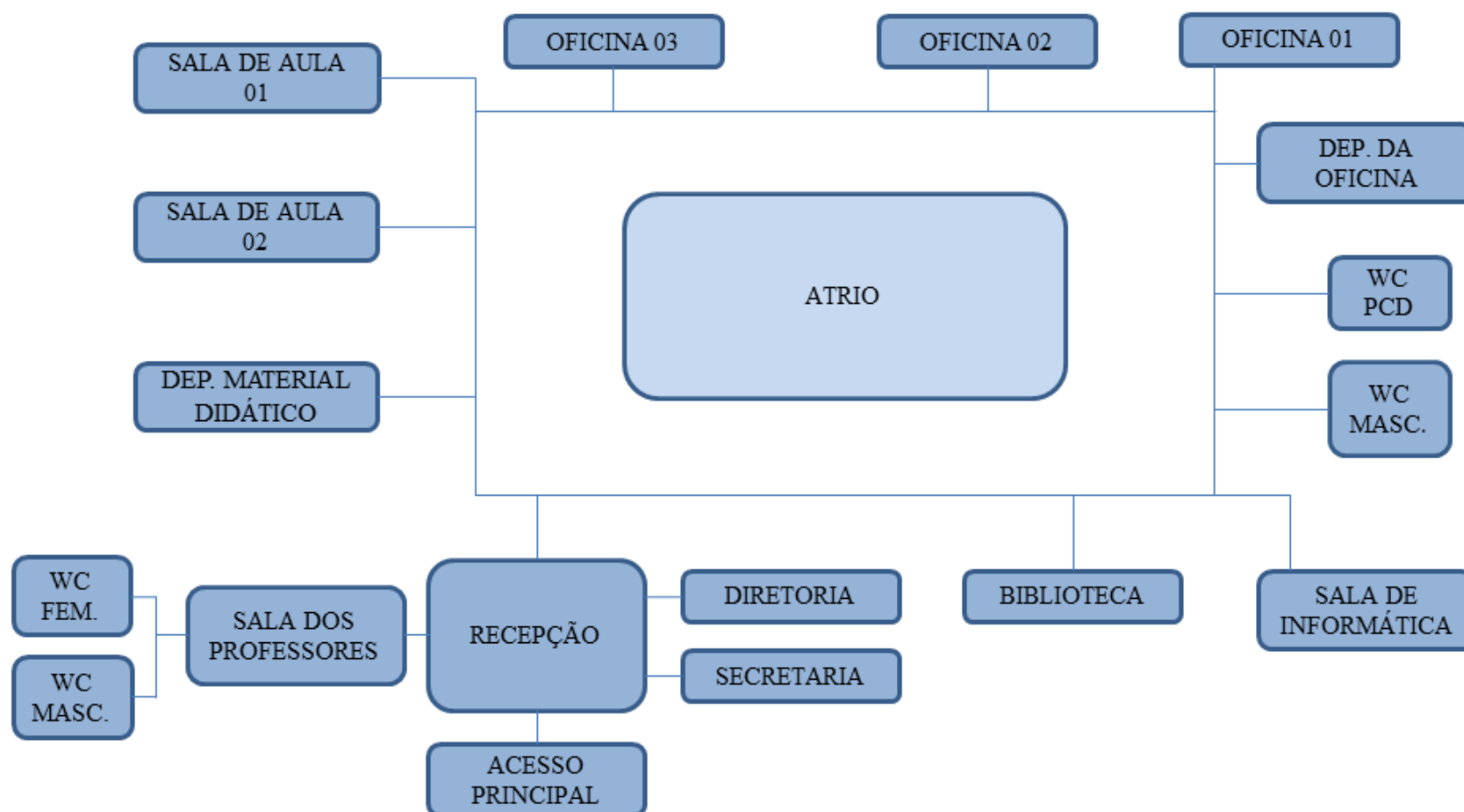


10.7.6 FLUXOGRAMA -GUARITA DE SERVIÇO

10.7.7 FLUXOGRAMA -ÁREA DE SAÚDE

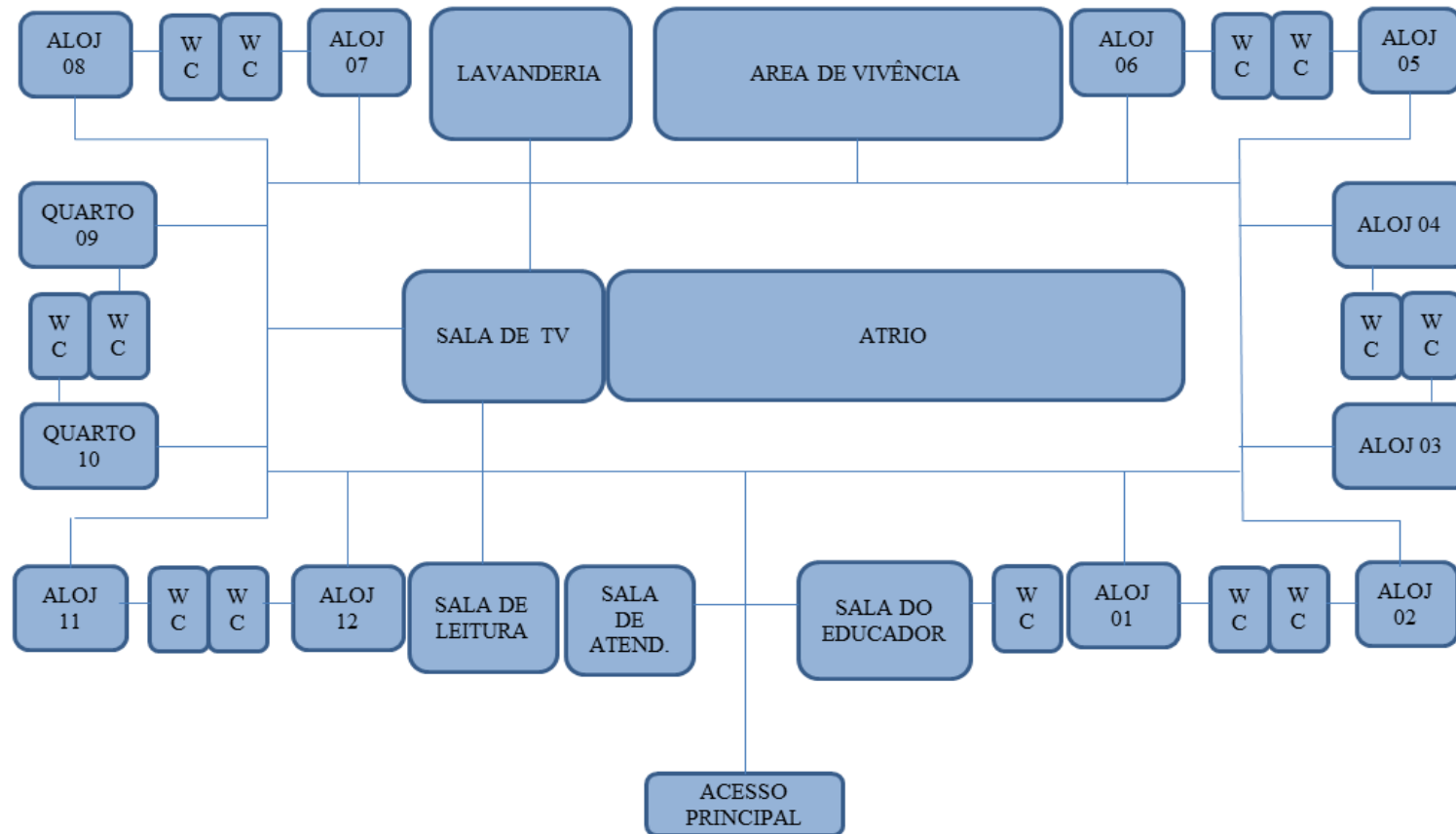


10.7.8 FLUXOGRAMA-ÁREA EDUCACIONAL E OFICINAS

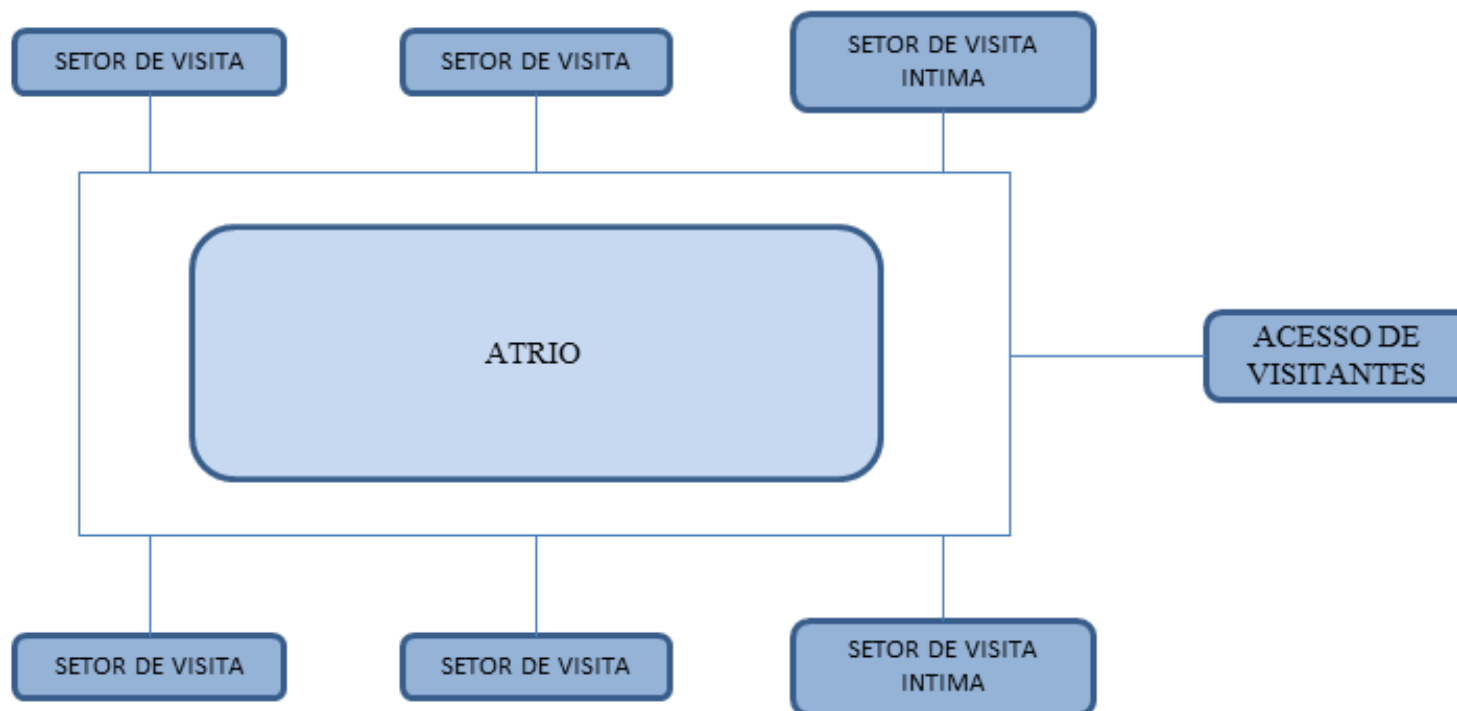


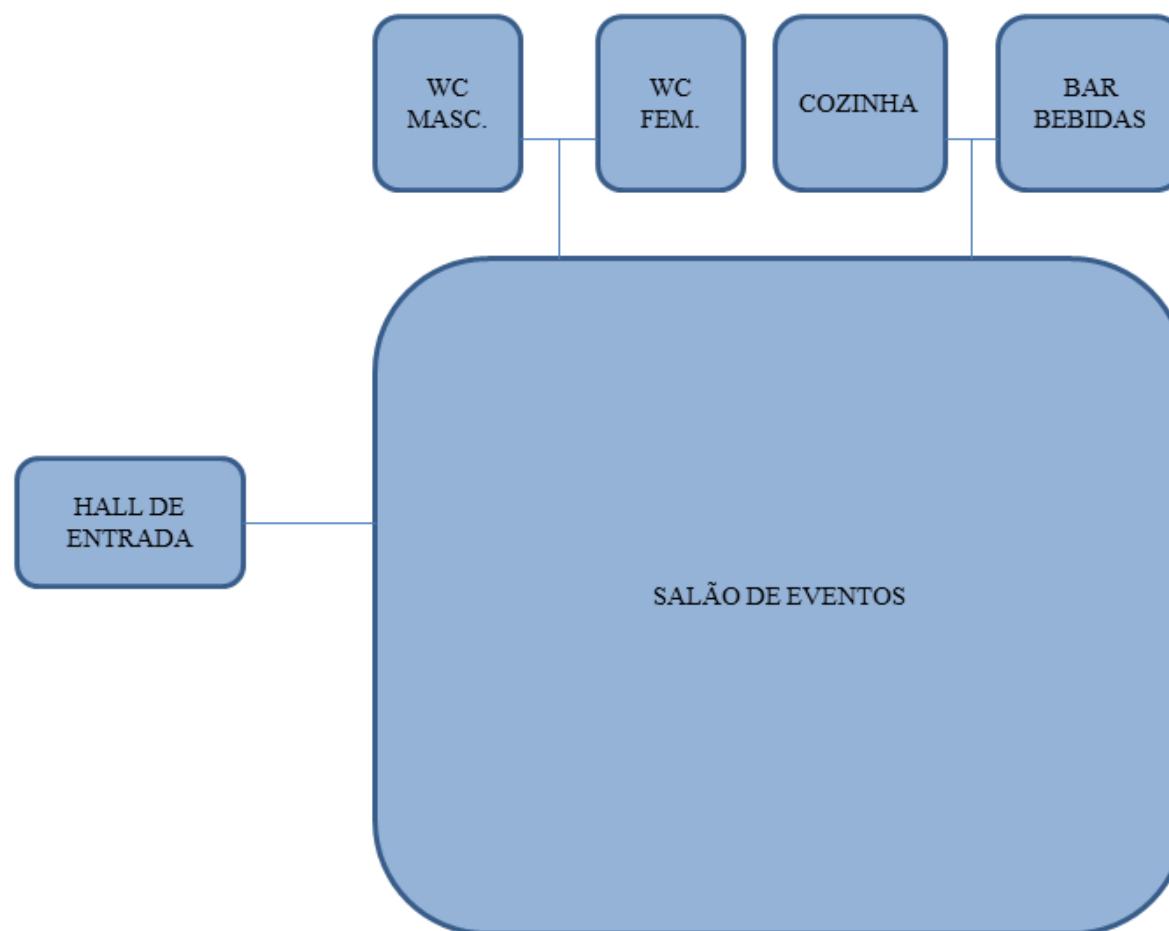
10.7.9 FLUXOGRAMA - QUADRA DE ESPORTE

10.7.10 FLUXOGRAMA - MORADIAS FASE INICIAL, INTERMEDIÁRIA E FINAL



10.7.11 FLUXOGRAMA - SETOR DE VISITA



10.7.12 FLUXOGRAMA - SALÃO DE EVENTOS

10.8 QUADRO PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidade foi elaborado pelos parâmetros estabelecidos do SINASE, onde se estipula quais as diretrizes arquitetônicas necessárias para cada medida socioeducativa, tendo em ênfase que o Centro de Ressocialização para Jovens Infratores Dom Bosco tem como sua medida socioeducativa a internação.

SETOR	Acesso de visitantes	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Recepção	1	65,87
Banheiros	1	30,09
Sala de revista	2	21,85
Guarda volume	1	8,4
Sala de espera 1	1	24,51
Sala de espera 2	1	23,03
Circulação	1	39,05
Hall de entrada	1	57,48
Detector de metais	1	25,02
AREA TOTAL DO SETOR		317,15

SETOR	Administrativo	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Recepção/espera	1	25,38
2 Salas administrativas	2	12,09
Sala do diretor geral c/ instalação	1	18,39

sanitária		
Arquivo	1	5,93
Reunião	1	25,39
Almoxarifado	1	3,07
Salas para técnicos administrativos	1	10,58
2 Salas para atendimento individual	2	9,12
Guarda-pertences	1	6,14
Sala para Equipe técnica	1	23,53
Secretária	1	5,96
Monitoramento de sistemas	1	5,96
CPD	1	4,39
Vestiário feminino e masculino	1	19,89
Sala de atendimento jurídico	1	9,7
Estar/copa	1	25,76
Circulação	1	48,76
Hall de entrada	1	58,38
AREA TOTAL DO SETOR		339,63

SETOR	Moradias	
	QUANT.	M²
AMBIENTE		
Quartos	36	11,06
Lavanderia doméstica	3	8,7
Sala de atendimento	3	16,86
Sala de convivência e leitura	3	18,46
Sala do educador com sanitários	3	16,57
Área de vivência	3	77,71
Espaço Tv	3	54,8
Hall de entrada	3	9
Circulação	3	95,05
AREA TOTAL DO SETOR		969,4

SETOR	Saúde	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Recepção	1	22,1
Consultório médico (com wc)	1	14,16
Consultório Odontológico	1	18,89
Sala de coleta	1	10,76
Sala de curativos/vacinas/postos de enfermagem	1	10,76
02 Salas de observação	2	12,77
Sanitário de pacientes	1	5,92
Dispensário de medicamentos	1	10,16
Central de material esterelizado	1	6,95
Rouparia	1	9,94
Sanitários de funcionários	1	9,96
Copa	1	11,95
DML	1	2,32
Circulação	1	57,04
Hall	1	25,44
AREA TOTAL DO SETOR		241,89

SETOR	Serviços	
AMBIENTE	QUANT.	M²
DML	1	8,4
Cozinha industrial	1	92,26
Dispensa	1	16,5
Sala de nutricionista	1	8,77
Lavanderias	1	36,54
Vestiário Feminino e masculino	2	28,16
Almoxerifado	1	30,52

Refeitório	1	158,55
Estar de funcionários	1	20
Chefia	1	8,77
Circulação	1	55,83
Hall de entrada	1	7,61
AREA TOTAL DO SETOR		491,3

SETOR	Visita	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Praças e circulações		25% da área do terreno
Apartamento de visitas íntimas	2	19,72
Sala de visita	4	9,18
AREA TOTAL DO SETOR		76,16

SETOR	Educacional	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Sala de aula 1	1	32,5
Sala de aula 2	1	47,17
Depósito de material didático	1	11,28
Biblioteca	1	31,36
Informática	1	34,53
Secretaria	1	15,11
Sanitários de alunos	1	17,71
Sala de professores e reuniões	1	60,36
Sala da coordenação/direção	1	15,11
Oficinas	3	32,5
Depósito	1	20,6
Horta	1	120,11
Hall de entrada	1	34,4
Circulação	1	98,6

Recepção	1	49,8
AREA TOTAL DO SETOR		650,44

SETOR	Esporte	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Quadra Poli-esportiva	1	480
Vestiário	1	29,76
Circulação	1	127,17
Sala de ginástica	1	18,23
Sala de avaliação física	1	10,5
Equipamento desportivo	1	8,54
Campo de futebol	1	1.250
Piscina	1	163
AREA TOTAL DO SETOR		826,7

SETOR	Cultura e lazer(multieventos)	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Salão de evento	1	460,78
Palco	1	23,31
Circulação	1	21,82
Wc Masculino	1	35,37
Wc Feminino	1	35,37
Bar bebidas	1	13,88
Cozinha	1	22,01
Capela	1	153,19
AREA TOTAL DO SETOR		765,73

SETOR AMBIENTE	Guarita (entrada dos jovens)	
	QUANT.	M²
Mirante	1	110,11
Sala de comando	1	12,38
Wc	1	3,36
Sala de armas	1	10
Guarda externa	1	12
Wc	1	3,75
Copa	1	10,1
Sala de estar	1	14
Alojamento	1	10,56
Circulação	1	9,58
Recepção	1	26,39
Banheiro masc	1	12,36
Banheiro fem	1	12,36
Banheiro PNE	1	5,41
Assistente social	1	10,95
Sala de interrogatório	1	10,95
Circulação	1	16,71
Detector de metais	1	25
Circulação	1	13,25
Sala de revista	1	8,4
Sala de pertences internos	1	10,33
Sala de biometria	1	10,92
Sala de espera	1	25,65
AREA TOTAL DO SETOR		384,52

SETOR	Guarita de serviço	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Guarita	1	10,5
Alojamento	1	19,71
Copa	1	10,1
Sala de estar	1	14
Wc	1	3,75
Circulação	1	9,72
AREA TOTAL DO SETOR		67,78

SETOR	Visita	
AMBIENTE	QUANT.	M²
Guarita	1	8,13
Wc	1	1,95
AREA TOTAL DO SETOR		10,08

AREA TOTAL CONSTRUIDA	5,004,93M²
------------------------------	------------------------------

10.9 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

10.9.1 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá, baseado pela Lei Complementar nº 150 de 29 de janeiro de 2007, que por sua vez é redigido pela Lei Nº 10.257/2001 do Estatuto das Cidades e pela Lei Complementar Nº 220 de dezembro de 2010 a Lei Orgânica do município, trata-se do desenvolver das competências públicas e dos direitos fundamentais que constitui as regras de comportamento para a população da cidade, no plano diretor se define a organização municipal do território, onde se constitui o parâmetro espacial dos usos e atividades do solo municipal.

10.9.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – LEI COMPLEMENTAR Nº 389/2015

O incrementar do projeto levará em consideração a Lei Complementar Nº 389 de 03 de novembro de 2015, onde indica normas e diretrizes gerais e específica sobre o zoneamento, Uso, Ocupação e Urbanização do Solo do município de Cuiabá. Conforme com a Leis de Uso e Ocupação dos Solos o terreno pertence à Zona de Uso Misto – ZUM, tendo sua lateral do lote para uma via estrutural planejado, classificando o terreno na Zona corredor de tráfego 1 – ZCTR1, segundo já citado. Segundo Lei Complementar nº 389/15, conseguimos os seguintes dados da consulta prévia:

Classificação das vias

IDENTIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PGM	CALÇADA
AV. AYRTON SENNA DA SILVA	VIA LOCAL	12	1/6
AV. ANTÔNIO PINHEIRO DA SILVA	VIA ESTRUTURAL PLANEJADA	50	1/6

10.9.3 ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Conforme orientação do SINASE (2006), a dimensão mínima para a construção de um Centro de Ressocialização para unidade de internação é de 15.000,00 m², devendo apresentar um terreno plano com facilidade de acesso, considerar proibição em áreas de preservação, proteção ambiental, rede de alta tensão, adutora, oleoduto e gasoduto, proximidade a fontes poluidoras, fontes geradoras de fumaça e odores, junto às águas estagnadas, áreas pantanosas, áreas sob efeito de erosão, esgoto a céu aberto não tratado, encosta perigosa, rocha aflorada, enfim tudo que possa ocasionar riscos aos adolescentes e obras extraordinárias que onerem o custo da construção.

10.9.4 VAGA DE ESTACIONAMENTO

Em relação às vagas destinadas de estacionamento que se enquadra na Lei Complementar nº 389/2015, onde é obrigatório 1 vaga a cada 100 m² de área computável, logo neste projeto foram destinadas 252 vagas, sendo 12 para acessibilidade (respeitando o art. 7 da Lei Acessibilidade nº 10.098/00).

10.9.5 INDICES URBANISTICOS

Mediante ao zoneamento e tendo em vista o quadro de índices urbanísticos do projeto e o quadro de pré-dimensionamento do espaço em questão, chegou-se ao seguinte quadro de índices urbanísticos do “Centro de Ressocialização para Jovens Infratores Dom Bosco” em consideração ao terreno escolhido.

Tabela 3: Índices Urbanísticos

QUADRO DE ÍNDICES URBANISTICOS			
TERRENO			
Área total do terreno (M ²)			50.241,82m ²
Descrição	%	Quant.	M ²
Taxa de Ocupação	9,96	-----	5.004,93
Coeficiente de aproveitamento	10,23		5.140,58
Coeficiente de Permeabilidade	63,17		31.738
Potencial Construtivo			
Cálculo de PGM			
Nome da Via	Tipo	PGM	Calçada (1/6 PGM)
Av. Ayrton Senna da Silva	Via local	12	2 metros
Av. Antonio Pinheiro da Silva	Via estrutural planejada	50	8,33 metros

Fonte: Acervo pessoal.

10.10 ENSAIOS TÉCNICOS

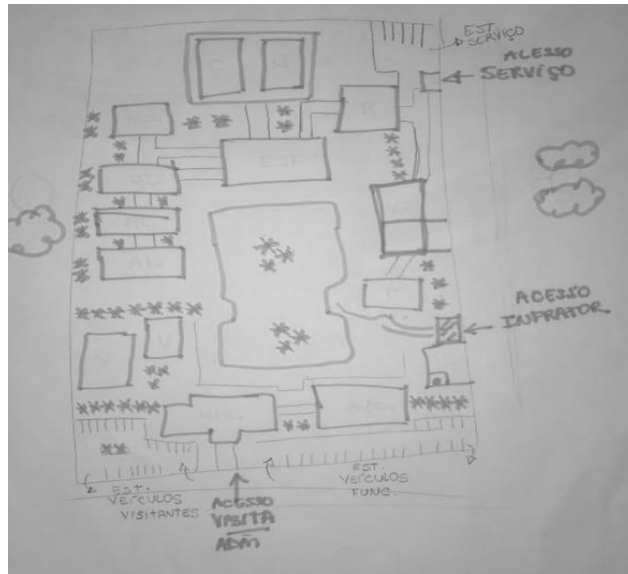
- **Composição espacial;**

Pensando na inclusão social buscamos a ideia de cidade, que possa colaborar com a recuperação destes jovens de forma que eles contemplem novas oportunidades de serem inseridos na sociedade, dentro de um ambiente mais apropriado para orientá-los e ajudá-los nesta fase.

Com isso foi pensado em dividir o centro de ressocialização para jovens infratores Dom Bosco em zonas, sendo elas: área residencial, área comercial, área institucional e área de lazer.

Diante disso começou o processo de criação por meio de um croqui (Figura 38) e assim a ideia foi se tomando forma.

Figura 39: Processo de criação, croqui.



Fonte: Acervo pessoal.

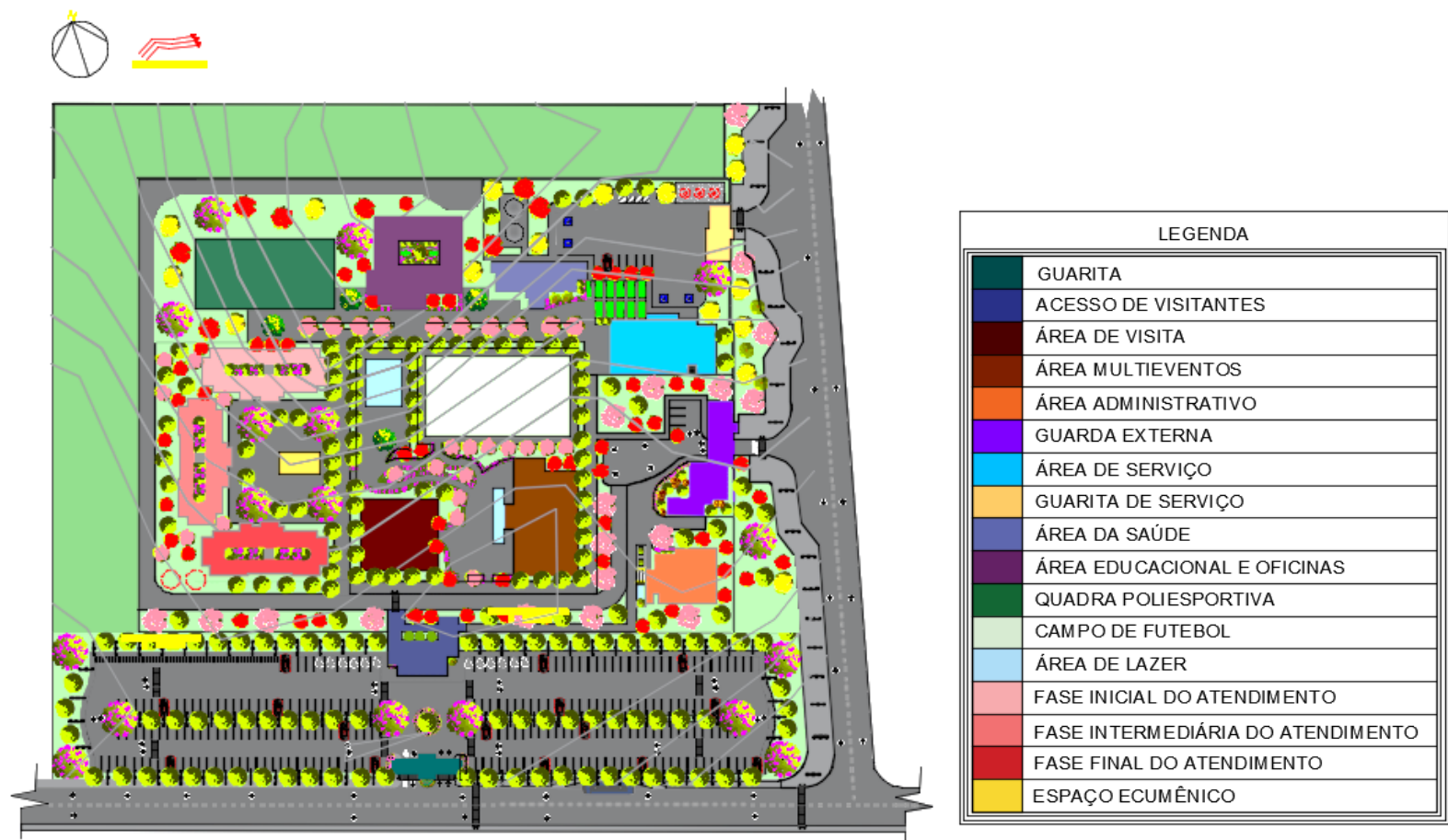
Figura 38: Estudo da implantação.



Fonte: Acervo pessoal.

10.1 SETORIZAÇÃO

Figura 40: Setorização



Fonte: Acervo pessoal.

- **Conforto Ambiental;**

Para melhorar a qualidade do conforto ambiental, teve-se a ideia locar varias arvores no entorno nas circulações, deixando o ambiente mais fresco e com sombra, foi utilizado também brises para quebrar a iluminação direta do sol, pé direito duplo e ventilação cruzada para um melhor conforto dentro dos setores.


- **Acessibilidade;**

A acessibilidade está inserida em todo projeto, abrangendo rampas e adequação aos espaços para PNE (Pessoas com Necessidades Especiais), banheiros e alojamentos levando uma melhor circulação, tanto para os visitantes quanto para os que ali residem.

- **Composição paisagística**

Cuiabá está localizada em uma região com extensas épocas de seca, onde a umidade da água diminui constantemente. Diante disso foi necessário escolher para projeto vegetações densas que amenizam o clima do entorno da edificação, levando em consideração as arvores frutíferas e legumes e hortaliças.

Diante disso foram adotadas algumas espécies para o plantio sistematizado, sendo elas:

Imagem de referência	Nome popular	Nome científico	Categoria	Clima	Altura	Luminosidade	Ciclo de vida	Observação
	Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	Planta hotícola	Tropical	Até 15 cm	Sol pleno	Anual/perene	Plantio com distancia de 20cm entre as linhas e 80cm entre as plantas


	Agrião	<i>Nasturtium officinale</i>	Planta hortícola/ medicinal	Tropical	Até 15 cm	sol pleno	Anual/perene	Plantio com distancia de 25 cm entre as linhas e 20 cm entre as plantas
	Alecrim	<i>Rosmarinus officinale</i>	Arbusto/ medicinal/ hortícola	Tropical	Ate 1,20 m	Sol pleno	Anual/Perene	Plantio com distancia de 80 cm entre as plantas.
	Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Planta hortícola/ medicinal	Tropical	Ate 40 cm	Sol pleno	Anual/Perene	Plantio com distancia de 30 cm entre as plantas
	Alho-Poró	<i>Allium porrum</i>	Planta hortícola/ medicinal	Subtropical	Ate 40 cm	Meia sombra	Bienal	Plantio com distancia de 10 cm entre as plantas
	Areca Dourada	<i>Areca vestiaria</i>	Arvore/ palmeira	Tropical	De 3 a 6 m	Meia sombra	Perene	Plantio com distancia de 2m entre as plantas
	Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>	Planta hortícola	Tropical	Ate 40 cm	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 15 cm entre as plantas
	Cica	<i>Cycas revoluta</i>	Arbusto/ planta ornamental	Tropical	Até 3,6 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 3m entre as plantas

	Cornos	<i>Cornus florida</i>	Arvore ornamental	Subtropical	De 4,7 a 9,0 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 3 m entre as plantas
	Estela do egito	<i>Pentas lanceolata</i>	Arbusto/ cerca viva/ flores perenes	Tropical	até 1,20 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 50cm entre as plantas
	Fênix	<i>Phoenix roebelenii</i>	Palmeira	Tropical	De 1,20 a 3,60 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 2m entre as plantas
	Ficus	<i>Ficus benjamina</i>	Arbusto/ arvore/ cerca viva	Tropical	Acima de 12 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 3 m entre as plantas
	Agave Dragão	<i>Agave attenuata</i>	Arbusto/ planta escultural	Tropical	DE 1,2 a 1,8m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 3m entre as plantas
	Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Arvore frutifera	Tropical	De 3,0 a 9,0m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 4m entre as plantas
	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Arvore	Tropical	De 3,0 a 12,0 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 10m entre as plantas

	Gramma batatais	<i>Paspalum notatum</i>	Gramado	Tropical	Menos de 15 cm	Sol pleno	Perene	Plantio em campo de futebol
	Gramma Esmeralda	<i>Zoysia japonica</i>	Gramado	Tropical	Menos de 15 cm	Sol pleno	Perene	Plantio em extensão permeável
	Guapuruvu	<i>Schizolobium parahyba</i>	Arvore	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 8 m entre as plantas
	Ipê Branco	<i>Tabeluia roseo-alba</i>	Arvore	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 5m entre as plantas
	Jabuticabeira	<i>Myrciaria cauliflora</i>	Arvore Frutífera	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 4m entre as plantas
	Ixora	<i>Ixora coccinea</i>	Arbusto/ cerca viva/ folhas perenes	Tropical	De 0,9 a 1,2 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 60 cm entre as plantas
	Jacarandá	<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Arvore / arvore ornamental	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 12 m entre as plantas

	Lichia	<i>Litchi chinensis</i>	Arvore frutífera	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 4m entre as plantas
	Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Arvore frutífera	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 12m entre as plantas
	Mamoeiro	<i>Carica papaya</i>	Arvore frutífera/ medicinal	Tropical	De 6,0 a 9,0 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 2,5m entre as plantas
	Margarida	<i>Leucanthemum vulgare</i>	Flores perenes	Tropical	De 0,3 a 0,9 m	Sol pleno / meia sombra	Perene	Plantio com 50 cm entre as plantas
	Onze-horas	<i>Portulaca grandiflora</i>	Suculentas/ floração anual/ forração	Tropical	Ate 15 cm	Sol pleno	Anual/perene	Plantio com distancia de 15 cm entre as plantas
	Oiti	<i>Licania temeitosa</i>	Arvore	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 10 m entre as plantas
	Palmeira Azul	<i>Bismarckia nobilis</i>	Plameira/ Palmeira ornamental	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno / meia sombra	Perene	Plantio com distancia de 4m entre as plantas

	Palmeira Ráfia	<i>Rhapis excelsa</i>	Cerca viva/ arbusto/ palmeira	Tropical	De 1,2 a 3,0 m	Luz difusa/ meia sombra	Perene	Plantio com distancia de 1,5m entre as plantas
	Palmeira imperial	<i>Roystonea oleracea</i>	Palmeira	Tropical	Acima de 12 m	Sol pleno	Perene	Plantio com distancia de 8m entre as plantas
	Trepadeira mexicana	<i>Senecio confusus</i>	Trepadeira	Tropical	De 2,4 a 3,0 m	Sol pleno	Perene	Plantio em pergolado
	Planta arame	<i>Muehlenbeckia complexa</i>	Forração/ cerca viva/ trepadeira	Tropical	De 0,6 a 4,7 m	Sol pleno	Perene	Plantio em pergolado
	Filodendro	<i>Philodendron hederaceum</i>	Forração/ trepadeira	Tropical	De 1,2 a 2,4 m	Meia sombra/ luz difusa	Perene	Plantio em pergolado
	Unha-de-gato	<i>Ficus pumila</i>	Trepadeira	Tropical	De 9,0 a 12,0 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio em pergolado
	Hera-japonesa	<i>Parthenocissus tricuspidata</i>	Trepadeira	Subtropical	Acima de 12 m	Meia sombra/ sol pleno	Perene	Plantio em pergolado

	Primavera	<i>Bougainvillea glabra</i>	Arbusto/ trepadeira	Tropical	De 4,7 a 6,0 m	Sol pleno	Perene	Plantio em pergolado/ plantio com distancia de 1,5 , entre as plantas
---	-----------	-----------------------------	------------------------	----------	-------------------	-----------	--------	---

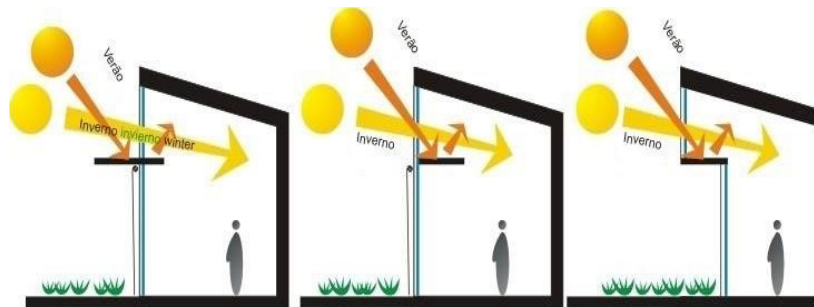
11. TÉCNICAS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

11.1 SUSTENTABILIDADE

- **Estrutura da Cobertura**

Considerando a importância do uso da iluminação natural como diretriz nos projetos de arquitetura, tendo que, o uso da luz natural enriquece o ambiente, e colabora para o aspecto dinâmico da aparência, alcançado nas diferentes horas do dia.

Figura 41: Iluminação Vertical Shed



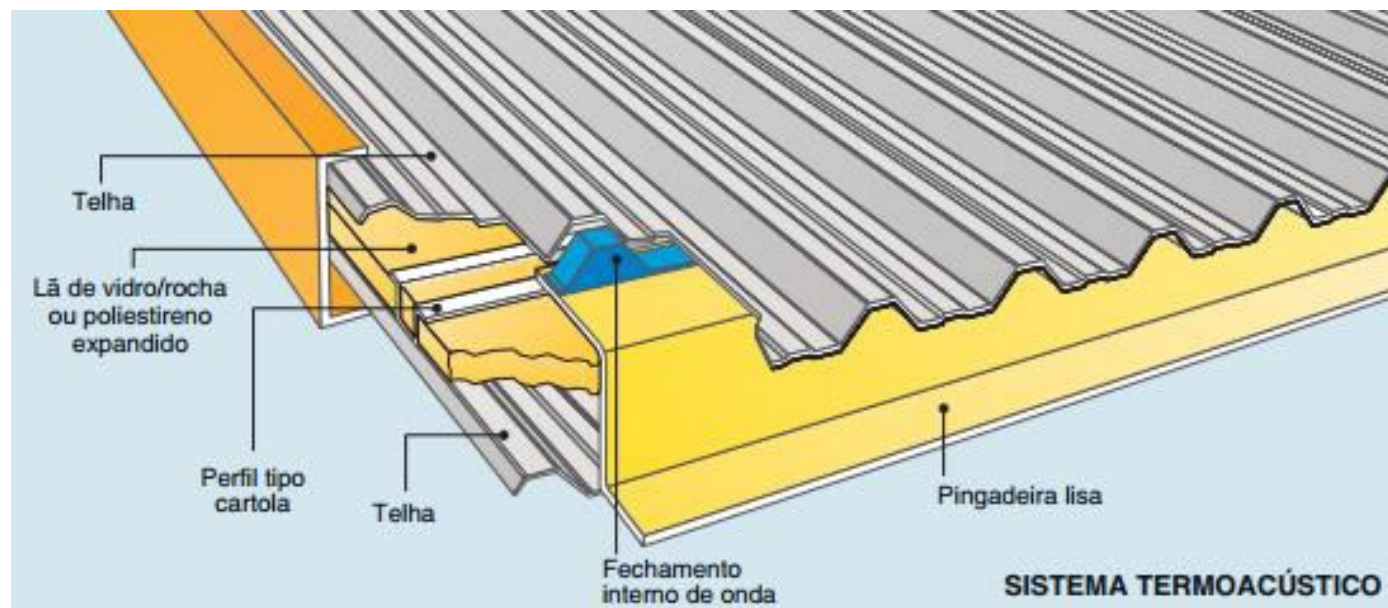
Fonte: Bioclimática.

A cobertura tipo shed em virtude de seu valor estilístico ser uma tendência que permite a entrada de luz natural por meio de materiais transparentes, como vidro, acrílico entre outros, sendo empregado no setor de acesso de visitas e administrativo, onde é necessária uma melhor claridade.

- **Telha termoacústica**

As telhas termoacústicas tem a função isolar a temperatura dentro do edifício, sendo constituída por duas chapas metálicas que possui isolante térmico no seu interior, diminuindo gasto com refrigeração.

Figura 42: Telha termo acústica

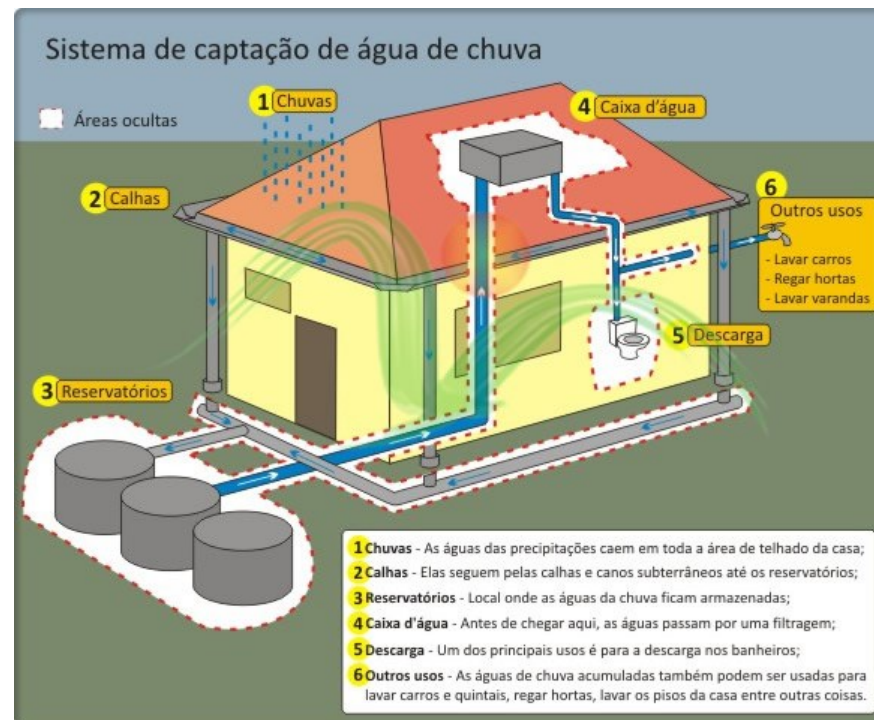


Fonte: Rtc decor

- **Captção de Águas Pluviais**

O aproveitamento da água da chuva consiste na captação, filtragem, armazenamento e distribuição da água que cai no telhado. A captação desta água é realizada por meio de dutos de drenagem. A água é direcionada para uma cisterna e em seguida é ativada uma bomba d'água que manda o líquido captado para as caixas de distribuição, onde esta água serve para a irrigação de jardins, vasos sanitários entre outros.

Figura 43: Sistema de captação de água da chuva

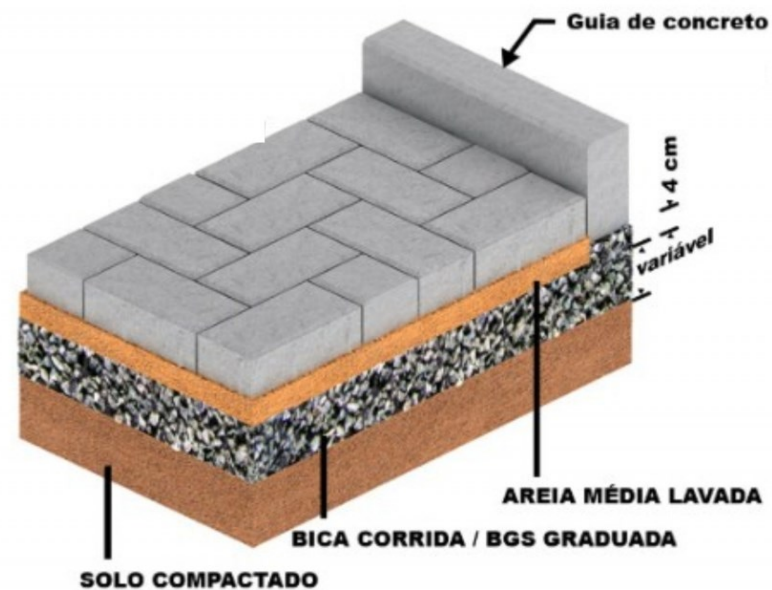


Fonte: Clareando,2015.

- **Pisos Inter travados**

Os pisos inter travados contém vários benefícios, inclusive o atributo de ser antiderrapante, são ideais para cadeirantes e deficientes visuais e auxilia na sustentabilidade onde é seu principal aliado, possuem sistema de infiltração de água, evitam a impermeabilização do solo sendo assim 50% permeável.

Figura 44: Bloco Inter travado

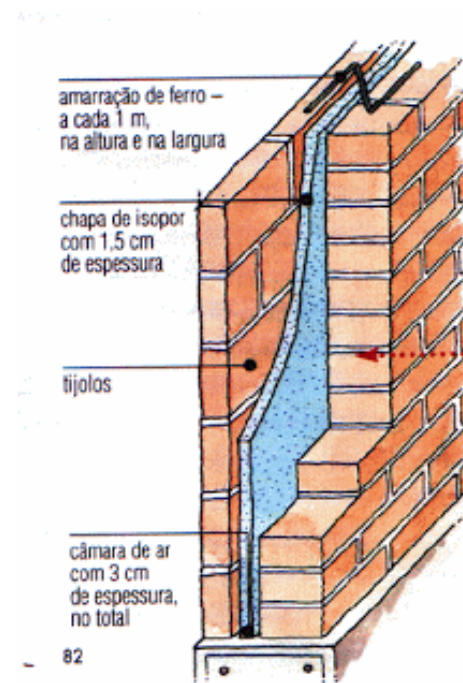


Fonte: Rino pisos.

- **Parede dupla**

As utilizações de paredes duplas auxiliam no conforto térmico dos ambientes, deixando o ambiente fresco e assim diminuindo os gastos de energia.

Figura 45: Paredes duplas

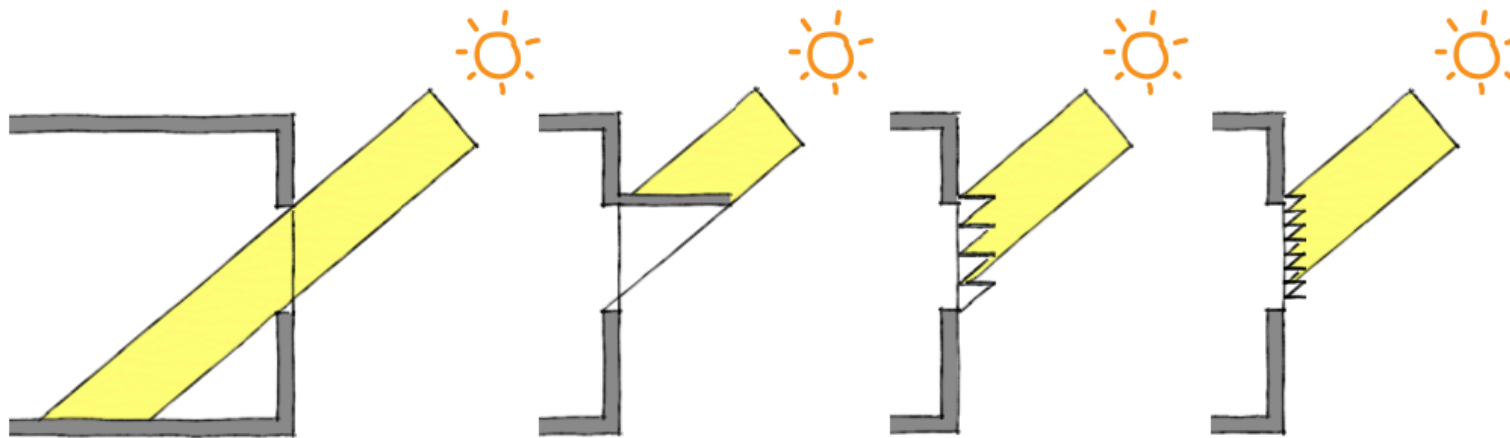


Fonte: Energia alternativa na escola.

- **Brisas**

A edificação como já dita será em blocos, com isso alguns destes blocos terá luz direta do sol e para ter esta quebra, foi optado colocar brisas, elementos de controle que garantem a ventilação e a entrada da luz solar, esses objetivos devem ser atingidos com uso de soluções que garantam os tributos ao espaço, tais ele: beleza, funcionalidade, conforto térmico e acústicos, necessários para a permanência do seu usuário no local projetado.

Figura 46: Brisas



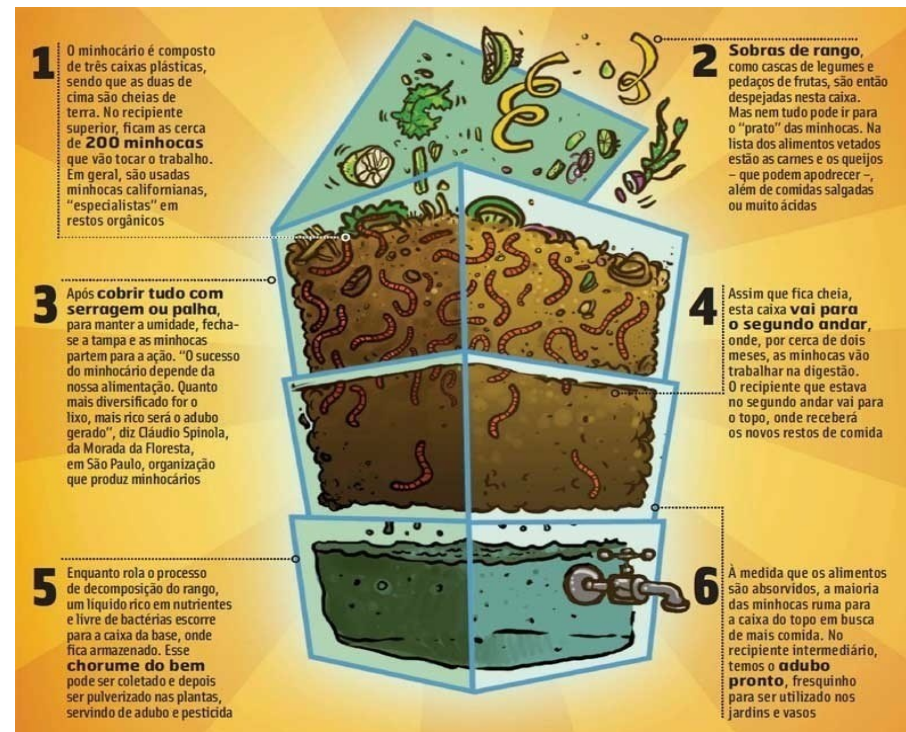
VÁRIOS FORMATOS DE BRISAS COM MESMO EFEITO

Fonte: Asbuilt, arquitetos associados.

- **Compostagem**

Para uma horta mais orgânica e sustentável, deu-se a ideia de trabalhar com a compostagem, onde os mesmos jovens cuidassem deste setor, que é a reciclagem de toda matéria orgânica e que com ela se utiliza como adubo e assim devolvendo para a terra seus nutrientes.

Figura 47: Composteira



Fonte: Ricardo Nagy's Blog

12. PROPOSTA FINAL

O projeto a seguir, tem como proposta um Centro de Ressocialização no bairro Jardim Passaredo em Cuiabá, onde tem o foco em ressocializar os jovens, levando a ele uma vida nova tanto na formação social como psicológica, auxiliando no processo de educação e cursos profissionalizantes para que quando saírem já possa estar ingressado no mercado de trabalho.

Utilizando também técnicas construtivas, sendo elas a compostagem para a horta orgânica, uso de placas solares para uma melhor redução de gastos, brises para quebrar a luz direta, iluminação zenital, ventilação cruzada, tijolo duplo e pé direito duplo proporcionando um melhor conforto térmico.

Pensando desta forma se deu a ideia de criar uma implantação bem arborizada e dividida em zonas, remetendo a uma cidade, cada bloco tem suas respectivas características sendo arquitetura moderna, clássica e contemporânea fazendo com que as mesmas tivessem uma ligação através de suas cores ,como podemos ver nas imagens abaixo:

Figura 48: Modulação



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 49: Implantação



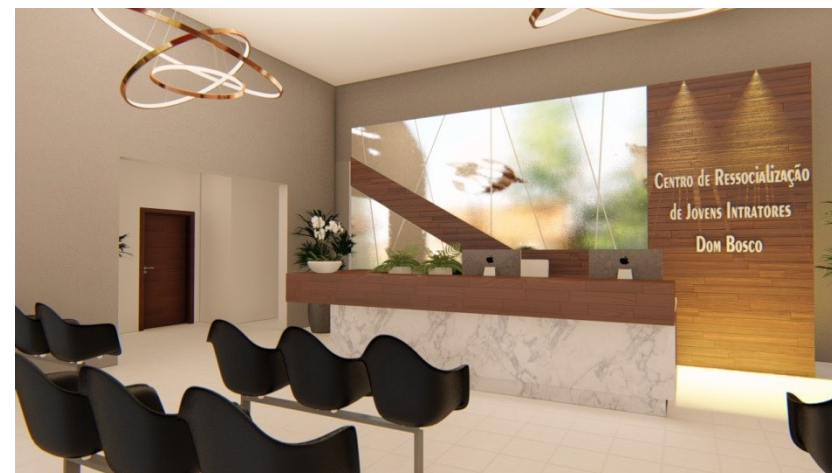
Fonte: Acervo pessoal.

Figura 50: Guarita de visitantes



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 51: Recepção visitantes



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 52: Área de visita



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 53: Salão de festa



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 54: Área de lazer

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 55: Dormitórios

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 56: Quartos

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 57: Quadra poliesportiva

Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 58: Clínica



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 59: Recepção clínica



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 60: Consultório medico



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 61: Sala de observação



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 62: Restaurante



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 64: Administração



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 63: Refeitório



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 65: Guarita de entrada dos menores



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos fatos em que o jovem entra para o mundo do crime vem de uma desestruturação da familiar, onde na maior parte das vezes se tem a ausência do pai e com isso querem dar o melhor para a sua mãe; por influencias de amigos; falta de oportunidade; querer impor respeito; conquistar mulheres, e assim muitas vezes desistem de estudo para prosseguir no mundo do crime, mesmo sabendo o que pode acontecer com suas vidas, mas preferem se arriscar. Com isso a principal porta de entrada para o mundo do crime vem venda de drogas e assim vão progredindo neste meio até se tornarem criminosos.

A precariedade dos centros socioeducativos, e o modo de tratamento faz com que os jovens saiam de lá piores do que entraram, segundo o SINASE, os jovens estão dentro destes centros não para ter uma punição e sim para se ressocializar e se tornarem pessoas melhores, e assim beneficiando tanto eles quanto a sociedade.

Compreendendo este pensamento, e se entende que a maioria dos jovens que estão dentro do centro socioeducativo é de classe média baixa, foi optado de proporcionar ao jovem uma vida melhor, onde lá ele terá uma formação tanto educacional quanto profissionalizante, podendo até sair de lá ingressado no mercado de trabalho e assim podendo ajudar sua família.

Um ambiente agradável, uma sensação de lar, onde se acolhe e conforta, tendo sempre como missão que foi passado para São João Dom Bosco “conduzir os jovens ao bom caminho e levá-los a Deus”.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYOUND THE PRISION BARS: Rehabiliacion and the urban prison, In: Presidents Medals. 2010. Disponível em: <http://www.presidentsmedals.com/Entry-26641>. Acessado em 20 de junho 2019.

BEYOUND THE PRISION BARS: Rehabiliacion and the urban prison, In: Archiprix. 2011. Disponível em: <http://www.archiprix.org/2017/?project=2897>. Acessado em 20 de junho 2019.

COSTA e VERONESE 2010, disponível em: <https://online.unisc.br/anais/index.php/sidspp/article/download>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

DECRETO Nº 17.943-A, DE 12 DE OUTUBRO DE 1927, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

ESCOLA INTERNACIONAL FRANCESA EM PEQUIM/ Jacques Ferrier Architecture, 2007. Disponível em: <http://archdaily.com.br/br/867371/escola-internacional-francesa-em-pequim-jacques-ferrier-architecture>. Acessado em: 20 de junho 2019.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Adolescente e Ato Infracional – Medida sócio-educativa é pena? 1ª ed. São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 2003, p.28

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, Maria Helena (org.). Para Além das Grades – Elementos para a Transformação do Sistema Sócio-Educativo. Rio de Janeiro, PUC- Rio; São Paulo, Loyola, 2005

SINASE,2006: Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

SBEGHEN, Camilla. Casa de Acolhimento para Menores / CEB R A. In: Arch Daily Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 20 junho 2019.

VELLEDA, Luciano. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/02/em-seis-anos-numero-de-jovens-cumprindo-pena-aumenta-em-58/>. Acesso em: 15 jun. 2019

VOLPI, Mario. Sem liberdade, sem direito: privação da liberdade na percepção dos adolescentes. São Paulo- SP, 2001.

15. APÊNDICES

Entrevista com a coordenadora do POMERI

1) Qual a quantidade de jovens definitivos internados nessa unidade?

R: Tem-se por volta de 50 jovens internados definitivamente, teve uma ampliação, são 28 no provisório e 40 na internação, totalizando 68 vagas e 50 internos.

2) Existe taxa de evasão?

R: Existe, porem foram muito reduzidos, podendo ser solicitado à taxa média pelo site do ECJUD dos anos anteriores, as fugas acontecem em atividades externas, pulam muros ou quando estão no ambulatório de saúde, tendo as aulas dentro da própria unidade, sendo em média 8/10 alunos por turma. As salas de aula são convencionais e tem também oficinas que visam à profissionalização.

3) Os alojamentos Pomeri seguem o Padrão SINASE?

R: Não são no padrão do SINASE, nenhum de Mato Grosso é. É por volta de 30 milhões uma unidade com bases no SINASE.

4) Qual a quantidade de internos por alojamento?

R: Tem-se por volta 02 internos por alojamento(quarto), as separações não são feitas por grau de periculosidade como deveria.

5) Quais os delitos mais cometidos por esses menores?

R: A maioria é roubo, trafico de drogas, homicídio, latrocínio

6) Qual a média de idade desses jovens?

R: Em média 16 anos.

7) Como é a alimentação?

R: Refeições normais, feitas nos quartos, e não no refeitório.

8) Eles têm acompanhamento com profissionais que auxiliam na melhora e ressocialização?

R: Tem acompanhamento com psicólogos, assistentes sociais individualizados. Estão fazendo acompanhamento para que eles não retornem e nem vão para o centro penitenciário futuramente.

9) Qual local mais precário dentro da unidade?

R: Em 2013, antes da reforma, havia alas bem precárias, sem ventilação, insalubres e devido a isso essas áreas foram demolidas e foi feita uma reforma.

10) Como é a visita dos familiares?

R: Não existem visitas íntimas, mas as esposas e namoradas visitam, sem ter a visita íntima. Há revista dos familiares, a visita é feita em uma sala, as visitas são semanalmente.

11) Há áreas de lazer?

R: Piscina, quadras, biblioteca, fazem artesanato, oficinas de pinturas tem festas de dias dos pais, dias das mães, seguem o calendário escolar.

12) A ressocialização é suficiente?

R: Muitas vezes não, pois muda-se uma realidade momentânea, porém, ao sair do centro de ressocialização eles voltam para a situação social já existente.

13) Eles passam por revistas?

R: Passam por revistas todas as vezes que entram e saem das oficinas e de outras alas, sendo sempre supervisionados

14) Os menores poderiam fazer trabalhos de marcenaria?

R: Não, pois esbarra em questões trabalhistas, que só permitem maiores de 18 anos.

Os cálculos de reservatório de água foram baseados na norma NBR 5626/98 que regulamenta a instalação predial de água fria. Ainda segundo a norma será utilizado o sistema de distribuição indireta por gravidade. Esta será feita através do uso de reservatórios instalados na laje dos sanitários de cada bloco, que por sua vez é alimentada pela rede pública de abastecimento de água.

Para o cálculo é necessário saber a quantidade de pessoas que frequentam o local, caso não seja possível obter o número exato de pessoas, usa-se uma estimativa, conforme a NBR5626/98, o consumo diário (Cd) pode ser calculado pela seguinte fórmula:

$$Cd = P \times q$$

Onde: Cd = consumo diário (litros/dia);

P = população que ocupará a edificação e q = consumo per capita (litros/dia).

- **Acesso de visita**

Área Total Construída: 317,15m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

52,85 x 50 litros: 2.642,05 Litros

2.642,05 + 20% (Reserva de Incêndio): 3.170,91 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 6.341,82 Litros

- **Moradias fase inicial, intermediaria e conclusiva.**

Taxa de ocupação: 72 pessoas

Índice: 200 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

72×200 litros: 14,400 Litros

$14,400 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 17.280 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 34.560 Litros

- **Setor administrativo**

Área Total Construída: 339,63m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

$65,60 \times 50$ litros: 2.830,25 Litros

$2.830,25 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 3.396,03 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 6.792,06 Litros

- **Área da Saúde**

Área Total Construída: 339,63m²

Índice: 25 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

$40,31 \times 25$ litros: 1.007,87 Litros

$1.007,87 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 1.209,44 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 2.418,88 Litros

- **Setor de serviços**

Área Total Construída: 491,03m²

Índice: 25 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

350,73 x 25 litros: 8.768,25 Litros

8.768,25 + 20% (Reserva de Incêndio): 10.521,09 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 21.043,08 Litros

- **Área de visita**

Taxa de ocupação: 4 pessoas

Índice: 150 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

4 x 150 litros: 600 Litros

600 + 20% (Reserva de Incêndio): 720 litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 1.440 Litros

- **Área educacional**

Área Total Construída: 650,44m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

$118,26 \times 50$ litros: 5.913 Litros

$5.913 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 7.739 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 15.478 Litros

- **Área esportiva**

Área Total Construída: 663,07m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

$120,55 \times 50$ litros: 6.027,05 Litros

$6.027,05 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 7.232,46 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 14.464,92 Litros

- **Espaço multieventos**

Área Total Construída: 612,54m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

$111,37 \times 50$ litros: 5.568,05 Litros

$5.568,05 + 20\%$ (Reserva de Incêndio): 6.681,75 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 13,363.05 Litros

- **Guarita externa- entrada dos socioeducandos**

Área Total Construída: 384,52m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

64,08x 50 litros: 3.204 Litros

3.204 + 20% (Reserva de Incêndio): 3.844,08 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 7.688,16 Litros

- **Guarita de serviço**

Área Total Construída: 67,78m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

11,29x 50 litros: 560 Litros

560 + 20% (Reserva de Incêndio): 672 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 1.344 Litros

- **Guarita de entrada de visitantes**

Área Total Construída: 10,08m²

Índice: 50 litros per capita.

Cálculo do consumo diário:

1.68 x 50 litros: 84 Litros

84 + 20% (Reserva de Incêndio): 100,08 Litros

Quantidade estipulada para 2 dias: 200,16 Litros